

ENSAIO

1823: a moderação como programa político

por Carlos Bobone

Grã-Duquesa Carlota Mãe do Luxemburgo moderno

por António Pinheiro Marques



Suas Altezas Reais os
Duques de Bragança anunciam
casamento da sua filha

ENTREVISTA

António Nogueira Leite

"Portugal hoje não tem estratégia, apenas uma
mão permanentemente estendida aos nossos
parceiros europeus".



Passados exactamente 115 anos sobre a aclamação do Rei Dom Manuel II, último rei de Portugal até à data, o pretérito dia 6 de Maio foi de festa no Reino Unido. A coroação de Carlos III, extravasou as fronteiras dos seus Reinos e da própria Commonwealth, um evento de âmbito global ecoou pelo mundo afora, em directo da Abadia de Westminster, numa Londres engalanada e disposta a viver uma gigantesca comemoração popular. É este o poder de atracção da monarquia britânica, cujo sentido de equilíbrio de um povo tão pragmático quanto zeloso da sua especificidade dignificou, fez permanecer e tornar um elemento harmónico e indispensável ao seu sistema democrático. Este vem resistindo aos mais turbulentos ventos do auto-proclamado progressismo e tem na Coroa um garante da coerência, do equilíbrio e do prestígio das instituições, simultaneamente vetustas e actualizadas, que compõem e asseguram a continuidade de uma das mais antigas democracias parlamentares do planeta.

A cerimónia da Coroação, profundamente religiosa e plena de elementos ecuménicos, contou com mais de 2 mil convidados, entre eles os chefes de Estado de vários países, políticos, representantes de outras monarquias e casas reais europeias, e também a significativa presença do poeta e irreverente músico australiano Nick Cave, que segundo o próprio, aceitou o convite correspondendo a um "apego inexplicável" à família real britânica. Este é o mistério da atracção das monarquias.

Na solenidade todo o planeta testemunhou a mais significativa inovação do milénar ritual da Coroação, quando Carlos III, ajoelhado perante o Altar da Abadia de Westminster, rezou em voz alta a Deus, pedindo-Lhe que "Conceda que eu seja uma bênção para todos os teus filhos, de toda a fé e crenças, para que juntos possamos descobrir os caminhos da gentileza e ser conduzidos aos caminhos da paz". Às vezes as instituições prestígiam-se a contrariar os "ares do tempo".

Ironicamente, enquanto isto acontecia, em Portugal o clima era de histeria política insalubre com a deplorável telenovela do confronto entre o Chefe de Estado e o Governo nomeado há pouco mais de um ano.

“Todo o planeta testemunhou a mais significativa inovação do milénar ritual da Coroação, quando Carlos III, ajoelhado perante o Altar da Abadia de Westminster, rezou em voz alta a Deus. Às vezes as instituições prestígiam-se a contrariar os “ares do tempo”.

Bizarra república a nossa, em que duas das principais instituições do Estado foram arquitectadas para se contraporem e digladiarem em guerrilha política, para regalo circense da turba. Não será essa uma das causas do nosso atraso socioeconómico, pobreza e desleixo?

Num país civilizado, cabe à Câmara dos Deputados o escrutínio do governo, o espaço destinado ao confronto e ao conflito democrático, que é natural e desejável entre facções, podendo contar com a mediação duma Câmara Alta. Ah, e nesse país os tribunais funcionariam. Numa democracia avançada, com uma maioria parlamentar eleita há pouco mais de um ano, mesmo perante uma crise grave, o Governo ver-se-ia obrigado a corrigir os seus erros, e, estimulado pelos deputados que constituíssem o seu sustentáculo parlamentar, representantes verdadeiros dos seus eleitores, teria de regenerar-se e de trabalhar – veja-se o caso paradigmático da maioria e do governo conservadores no Reino Unido:

a sequência dos escândalos de Boris Johnson foi seguida pela crise com a efémera Liz Truss, até à estabilização com Rishi Sunak.

Não tenhamos dúvidas que a questão da monarquia é essencialmente sobre eficiência política. O maior problema de Portugal é a fragilidade das suas instituições num sistema político de raiz revolucionária, estagnado,

afunilado e absolutamente incapaz de se regenerar. Os portugueses, capturados pelo “progressismo” que assassinou os seus reis, destruiu as suas tradições e trancou o ensino da sua História, foram, há gerações, acometidos pela conhecida Síndrome de Estocolmo (estado psicológico particular em que uma vítima de rapto, submetida a um tempo prolongado de intimidação, passa a ter simpatia e até mesmo amor ou amizade pelo seu agressor), e parecem acomodados à mediocridade a que esta apagada e triste República os acorrentou.

João Távora

Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,
das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@realisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:
www.realisboa.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: João Vacas, João Távora, Pedro Velez, Carlota Cambourac (revisão final)

Design e edição: Ana Olivença

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2150 exemplares

Isenta de inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1, alínea a)

Legenda da imagem da capa: Bergantim Real - 1780, Rainha D. Maria I - Museu de Marinha

Foto de capa © Nuno de Albuquerque



Pedro Quartim Graça
Presidente da Direcção
Nacional da CAUSA REAL



Temos vindo a assistir nos últimos anos, com especial foco no último, à continuada degradação da vida política nacional. A Causa Monárquica e o Rei permanecem, neste quadro, como último garante de que valores, princípios e defesa do interesse nacional continuam vivos e traduzem-se na última esperança dos portugueses, um baluarte necessário para pôr cobro a práticas cada vez mais lesivas das populações e a péssimos exemplos que os governantes nos vão dando.

O Regime está podre e isso é já hoje visível a um número crescente de portugueses.

A Causa Real assume-se, pois, neste âmbito, como entidade de características únicas, distante que está dos directórios partidários e das complexas teias de interesses, corrupção e conluíus com que os portugueses são diariamente confrontados. A este propósito não foi sem estupefacção que assistimos, sem um único comentário, protesto ou sequer uma simples denúncia, à prática de mais um acto lesivo do interesse nacional.

Na verdade e, repito, sem que tenha havido uma única tomada de posição política das autoridades nacionais sobre este assunto, foi publicado no Boletim Oficial do estado de Espanha, no passado dia 4 de Março, o Real Decreto 150/2023, de 28 de Fevereiro, através do qual se aprovaram os planos de ordenamento do espaço marítimo nas cinco demarcações marinhas espanholas.

Entre estas merece especial destaque o plano de ordenamento do espaço marítimo da demarcação marinha canária. Se observarmos o mapa dele constante verificamos que Espanha inclui as ilhas Selvagens de Portugal nesse espaço apenas as delimitando enquanto detentoras de mar territorial mas pura e simplesmente ignorando o facto de as mesmas, enquanto ilhas, serem geradoras de zona económica exclusiva

ou seja, por outras palavras, Espanha reitera, por esta via, a sua posição histórica de não reconhecimento das ilhas Selvagens como ilhas detentoras de ZEE de acordo com a Convenção de Montego Bay.

Ora sobre esta matéria de transcendental importância nacional onde estão os políticos portugueses, onde está o Presidente da República, onde está o Governo, onde estão os partidos políticos?

Entre o puro e simples desconhecimento, ao mais profundo alheamento a verdade é que não existiu uma única reacção diplomática, um simples protesto ou uma declaração política. E não

se diga que não foram avisados, porque o foram. A verdade é que, apesar de avisados, nada fizeram e, em consequência, pura e simplesmente se tornaram cúmplices por omissão de uma prática lesiva dos interesses nacionais.

Temos de ser nós, CAUSA REAL, a, uma vez mais, denunciar nova incúria deste regime que, dia a dia, mês a mês, ano a ano, se afunda de forma irremediável arrastando consigo famílias, empresas, instituições e tradições, aumentando o fosso entre ricos e pobres, destruindo a classe média e gerando crescente afastamento entre governantes e governados.

A CAUSA REAL, ciente de que representa um número crescente de portugueses que ainda lutam por um Portugal melhor, continuará a pugnar pela defesa intransigente do interesse nacional o qual só através da figura do Rei pode ser defendido.

Viva o Rei!
Viva Portugal!

“A Causa Real assume-se, pois, como entidade de características únicas, distante que está dos directórios partidários e das complexas teias de interesses, corrupção e conluíus com que os portugueses são diariamente confrontados”

27

ÍNDICE

4 OPINIÃO E DEBATE

. Renúncia à renúncia | João Vacas
. Um momento monárquico no pensamento político-constitucional | Pedro Velez

8 ENSAIO

. 1823: a moderação como programa político
| Carlos Bobone

13 CONVIDADO ESPECIAL

. Tomás Ponce Dentinho

14 DOSSIER

. Grã-Duquesa Carlota - mãe do Luxemburgo moderno
| António Pinheiro Marques

17 ENTREVISTA

. António Nogueira Leite | João Távora

23 NOTICIÁRIO

30 NOTÍCIAS DA CASA REAL PORTUGUESA

33 BIBLIOTECA - Por Vasco Rosa

. Monarquia: história, doutrinas e heranças
| Autor: Carlos Maria Bobone

Renúncia à renúncia

JOÃO VACAS

Não costumo escrever sobre textos que não li e tendo, em quase tudo na vida, a não julgar as coisas pelo seu aspecto exterior. Desta vez será diferente. Que me perdoem os mais sensíveis e os apreciadores vorazes do estilo rosa-tablóide, mas não fui capaz de abrir um livro.

A sua capa, em vez de estimular qualquer tipo de curiosidade mórbida sobre vidas alheias, não me deixou abri-lo. Não o comprei e, apesar da diligência de alguns amigos que, sem que lhes tivesse pedido, me fizeram chegar versões digitalizadas, permaneço resolutamente avesso à sua leitura.

A cara do rapaz ruivo que se anuncia como "suplente" (spare) em inglês, e que a habilidade discutível da tradução portuguesa colocou inusitadamente "na sombra", aliada à vontade anunciada de contar "a sua história" com "honestidade crua e inabalável", antecipada pelos publicitários, foram motivos mais do que suficientes para me manter afastado desse exercício.

Por cima da fotografia e do olhar penetrante há um nome – "Príncipe Harry" – que é simultaneamente distante e próximo. Lendo e vendo o conjunto, parece haver um elemento a mais: precisamente a palavra "Príncipe". O Harry que escolheu proteger a sua privacidade, expondo-a por todos os meios e lucrando abundantemente com isso, é o mesmo que, na prossecução desse propósito, atacou a instituição a que deve aquela primeira palavra que usou para se identificar.

Harry que escolheu proteger a sua privacidade, expondo-a por todos os meios e lucrando abundantemente com isso, é o mesmo que, na prossecução desse propósito, atacou a instituição a que deve aquela primeira palavra que usou para se identificar.

O hiper-sentimentalismo que paira, funesto, sobre o tempo presente não só permite paradoxos como este como os estimula. E Harry deu mostras de o encarnar na perfeição ao esquecer-se de quem é e, sobretudo, daquilo que tinha obrigação de não fazer. A série de animação South Park parodiou magistralmente a circunstância, ao atribuir a um Príncipe do Canadá e à sua Mulher uma World Wide Privacy Tour em que ambos dão entrevistas televisivas, gritam e empunham cartazes em que se lê "parem de olhar para nós" e "queremos a nossa privacidade" a cada paragem do seu jacto particular.

A história das famílias reais é abundante em abdições. Os ramos português e brasileiro da Casa de Bragança também as conheceram. São muito diversos e frequentemente dolorosos os motivos que subjazem às renúncias a direitos dinásticos, mas, no caso de Harry, verifica-se o fenómeno curioso de se tratar de uma renúncia à renúncia.

Este quer servir-se sem servir, ser apenas mais um e simultaneamente um dos primeiros, e ter direitos enquanto denigre a Coroa e a Família que tinha obrigação de proteger. Abandonou as causas justas que abraçou,

as pessoas concretas que ajudou, denegriu a farda que envergou, em nome da sua vida, da sua família, dos seus interesses... e da sua privacidade. O que sobra tem tanto de burlesco como de desadequado.

Ninguém escolhe a família onde nasce e nem o lugar que nela ocupa. E ninguém é obrigado a manter-se ligado a ela ou a assumir responsabilidades que não queira. Seja no Reino Unido, na Suécia, em França ou em Portugal – oficial ou oficiosamente, de jure ou de facto

– não há nenhuma fatalidade na assunção de funções reais. Há quem simplesmente não seja talhado para elas ou não as possa exercer e prefira transmiti-las. Estes gestos encerram muitas vezes actos louváveis de despojamento e de obediência a bens

maiores. A renúncia à renúncia de Harry é o seu oposto e a catadupa de chavões contemporâneos com que a justificam esconde com dificuldade o vazio narcísico que ocupou o lugar do dever.

Harry, que escolheu proteger a sua privacidade, expondo-a por todos os meios e lucrando abundantemente com isso, é o mesmo que, na prossecução desse propósito, atacou a instituição a que deve aquela primeira palavra que usou para se identificar.

Vá de férias connosco!

A sua loja online
Visite-nos em reallisboa.pt

Bloco de notas A5 com Armas Reais gravadas
Oferta de Esferográfica

Loqueiro com Armas Reais

Camisola Polo com Armas Reais bordadas

Porta-chaves em pele com Armas Reais gravadas

Copos de Café com Armas Reais

Faça as suas compras da forma mais confortável.
Faça a leitura deste Código QR

PORTUGAL FAZ BEM



A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão, cuja missão é enaltecer Portugal, e o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) em Lisboa lançaram em parceria um projecto museográfico sob a designação "O Belo, a Sedução e a Partilha". Ao abrigo deste protocolo o MNAA acolherá, de dois em dois meses e até 2026, uma sucessão de pinturas de Mestres Antigos da Colecção Gaudium Magnum.

A obra actualmente em exposição no MNAA é o *bozzetto* ou estudo para o altar mor da Sé de Évora, encomenda de D. João V ao pintor romano Agostino Masucci, (1691-1759). Para mostrar a obra final, esta "Assunção de Nossa Senhora" tem um grau de acabamento excepcional. A encomenda confirmada, é também a Masucci que o Monarca português pedirá os desenhos para os três grandes painéis de mosaico da Capela de São João Baptista hoje na Igreja de São Roque em Lisboa.

ca@gaudiummagnum.org
+351 218 075 070
Rua de São Bernardo, 31 R/C
1200-823 Lisboa

 FUNDAÇÃO
**gaudium
magnum**
MARIA E JOÃO CORTEZ DE LOBÃO

A monarquia no pensamento político do fundador do Estado Novo

PEDRO VELEZ

No(s) discurso(s) do obreiro-mor da Constituição de 1933, encontra-se um pensamento elaborado sobre o significado contemporâneo da monarquia.

Por um lado, relativiza-se a contraposição monarquia/república, em si e por si questão de meras «formas externas» e não de «conceitos profundos do poder» (para utilizar expressões de discurso de 23 de novembro de 1932). Assinala-se que «(...) a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida» (discurso de 20 de outubro de 1949). Compreende-se a monarquia (tal como a república, aliás) como instituição compatível com regimes diversos, concedendo-se, em abstrato, a superioridade da monarquia na definição da chefatura do Estado: «A monarquia tem a superioridade real de conter em si própria resolvida – tanto quanto humanamente o pode ser – a questão da estabilidade da chefatura do Estado; mas a monarquia não é um regime, é apenas uma instituição. Como tal, pode coexistir com os regimes mais diversos e de muito diferentes estruturas e ideologias. E, sendo assim, ela não pode ser só por si a garantia da estabilidade de um regime determinado, senão quando é o lógico coroamento das mais instituições do Estado e se apresenta como uma solução tão natural e apta que não é discutida na consciência geral» (discurso de 22 de novembro de 1951).

Por outro lado, identifica-se e promove-se publicamente a «família de Bragança» como «património moral da Nação» (discurso de 20 de outubro de 1949):

«O Governo não pode pôr objeções à revogação das leis do banimento porque ele próprio as tem deixado cair no olvido e as considera sem valor pela sua não aplicação. Atos públicos do maior relevo praticados com o consenso geral seriam incompatíveis com interpretação diversa. A revogação expressa, dando sanção legal à prática corrente, permitiria a permanência dos membros da Família de Bragança em Portugal. Permitiria ainda – o que para mim é mais importante do que a simples reparação ou satisfação de um sentimento – , permitiria a educação em Portugal de príncipes portugueses.

(...) Príncipes portugueses só deveriam crescer e ser educados em Portugal, embalados pelo nosso mar, acariciados pelo nosso sol, falando de criancinhas a Língua, sentido a lusitanidade da terra e da gente, vivendo o seu drama, acompanhando o seu trabalho, interpretando o seu sentir. Príncipes assim educados,

ao contacto dos vivos e dos mortos da sua pátria – dos que a fizeram com heroísmo e a continuam com duro esforço –, são, seja qual for o seu destino, património moral da Nação, património que só povos muito ricos ou despreocupados costumam desperdiçar. Eu iria mesmo mais longe se não receasse muito seriamente a incompreensão dos Portugueses; eu iria até ceder para aquele fim o uso de um edifício do Património do Estado, digamos, o Paço dos Duques em Guimarães, com beleza e com história, junto ao castelo de D. Afonso Henriques, na cidade-mãe de Portugal.»

A monarquia não é um regime, é apenas uma instituição. Como tal, pode coexistir com os regimes mais diversos e de muito diferentes estruturas e ideologias.

Em julho de 1957, em discurso perante uma recém escolhida Comissão Executiva da União Nacional, António de Oliveira

Salazar pronunciaria as seguintes palavras: «(...) penso que o Governo tem feito o possível para que a Família de Bragança – falo do ramo português –, desde que admitida no País, fosse colocada no alto nível de dignidade que compete a descendentes diretos dos reis de Portugal. E agiu assim por duas razões: a justiça devida aos que foram conduzindo a grei por oito séculos de história, e a previsão prudente de que pode haver um momento em que a solução monárquica seja uma solução nacional.» Acrescentando: «Na sequência deste pensamento está porém que, quer se considere a Casa de Bragança apenas depositária de uma herança histórica, quer encarnando a possibilidade de futuros serviços à sua e nossa Pátria, ela se encontre afastada de uma chefia política que em determinado momento, em vez de unir, divida os portugueses.»

Nos mencionados discursos parece espelhar-se uma visão político-ideológica valorizadora da «família real», mas que fica aquém da defesa da restauração da monarquia.

A natureza compromissória do regime do Estado Novo tem sido reconhecida, muito em especial no que tange à «negociação» entre republicanos e monárquicos implicados na sua construção. A presença, nesse contexto, de um ingrediente ou de um traço de reconhecimento público dos representantes da antiga família real talvez não tenha sido ainda devidamente sublinhada.

António de Oliveira Salazar
Discursos e Notas Políticas, 1928 a 1966, Coimbra Editora, Coimbra, 2015.

A Família como foco dos nossos serviços.

MFO Multi-Family Office dedica-se a cada família como um bem precioso. Planeamos e gerimos de forma integrada os vários serviços necessários ao bem-estar da sua Família:

MFO Services: Consultoria, fiscalidade, planeamento e promoção de atos empresariais, governação familiar e serviços de suporte.

MFH Saúde: Prestação de serviços personalizados de natureza médica por corpo clínico próprio.

MFO Seguros: Apoio direto ao cliente na mediação de seguros, assegurando as melhores condições com as mais importantes seguradoras do mercado.

MFO Real Estate: Consultoria, gestão imobiliária, gestão de obras, montagem e gestão de projetos, peritagens, e avaliações de imóveis.

MFO Living: Apoio na integração de famílias em Portugal. Residência fiscal, habitação e apoio administrativo.

Junte o futuro da sua família ao nosso.

www.mfooffice.eu | geral@MFOoffice.eu
Rua Tierno Galvan, nº 10, Torre 3 | Piso 10 | Fração K
Amoreiras | 1070-274 Lisboa | Portugal
+ 351 211 389 398
MF Multi-Family Services, Lda. NIPC: 513704612



MFO | Multi Family Office

1823: A MODERAÇÃO COMO PROGRAMA POLÍTICO

CARLOS BOBONE

Entre 1820 e 1823, Portugal conheceu a sua primeira experiência de um regime parlamentar. Os apreciadores de rótulos históricos chamam-lhe um período de radicalismo liberal e extraem daí a explicação da sua vida curta. Mas também o podemos caracterizar lembrando que nesses anos surgiu uma nova classe política, a qual depressa se apropriou dos vícios das suas antecessoras. Os homens de 1820 pareciam, nos primeiros tempos, dotados de grande habilidade na gestão dos confrontos políticos e militares. Souberam atrair esperanças, previram e



anularam a resistência dos velhos poderes, abafaram com prontidão as primeiras vozes dissidentes. Mas a facilidade com que se apropriaram dos centros de decisão deu-lhes uma sensação de impunidade que os convidou a uma política de afrontamento com todas as forças sobreviventes do antigo regime. Subjugaram o rei, exilaram a rainha, afastaram conselheiros, silenciaram manifestações populares, ditaram antecipadamente a escolha dos eleitores, desterraram o cardeal patriarca e preparavam-se para uma depuração dos oficiais do exército. Reduziram o Brasil ao estatuto de colônia, o que serviu de rastilho para a declaração de independência desta nação.

Mas a embriaguez do poder não lhes tinha embotado os sentidos. Conheciam o perigo de um levantamento contra as suas despóticas decisões, sabiam que de Espanha vinham notícias animadoras para os inimigos da constituição, e por isso foi grande o alarme quando se soube que em 27 de Maio de 1823 o infante D. Miguel abandonara o paço e tomara o caminho de Vila Franca, onde se tinha encontrado com um regimento rebelde.

Naqueles dias de Maio, oficiais e soldados, nobreza,

família real e povo, tudo se conjurara para dar uma lição de política aos deputados. Portugal ainda era um país visceralmente monárquico e bastava a sombra da autoridade régia, reflectida no infante, para arrastar na sua esteira toda a guarnição militar da capital. A defesa de Lisboa ficava entregue às milícias civis da guarda nacional e ao único regimento que ainda acatava a ordem constitucional. Eles mesmos, os representantes do povo, que julgavam ter reduzido à mínima expressão os poderes do rei, acolhiam-se naquele momento de angústia ao braço protector do monarca. Lembravam em alta voz a inquebrável aliança que os unia ao soberano e, encorajados com esta suprema autoridade, declaravam-se prontos a morrer no seu posto, ao serviço da liberdade. Enquanto puderam invocar o nome de El-Rei, não faltou na Câmara quem estivesse disposto a sacrificar a vida pelo regime constitucional. Mas quando o próprio D. João VI saiu de Lisboa, escoltado pelo último regimento fiel, e se juntou às forças que rodeavam o infante D. Miguel, as convicções dos tribunos populares sofreram um forte abalo. Imediatamente se lhes tornou claro que não podia haver representação nacional sem o poder executivo. Uma vez que estavam privados de dar execução aos seus decretos, tornava-se inútil manter a Câmara em sessão aberta, e poderia até tornar-se pernicioso, porquanto ficaria a nação sujeita ao perigo de ser menosprezada nas pessoas dos seus representantes. Aqueles que dias antes se declaravam prontos a morrer nas suas cadeiras de deputados, cumprindo até ao extremo sacrifício os mandatos dos seus eleitores, descobriam agora quão indigno seria sujeitar a representação nacional aos golpes da força armada.

A entrada de Palmela no centro das decisões trouxe à política portuguesa esse novo condimento ideológico, ainda mal assimilado entre nós, mas destinado a um futuro de triunfal preponderância na monarquia oitocentista: o liberalismo moderado, ou cartismo.

O golpe da Vila-Francada foi, ostensivamente, um confronto entre os partidários da soberania popular e

“Os homens de 1820 pareciam, nos primeiros tempos, dotados de grande habilidade na gestão dos confrontos políticos e militares. Souberam atrair esperanças, previram e anularam a resistência dos velhos poderes, abafaram com prontidão as primeiras vozes dissidentes.”

os da monarquia pura. No entanto, quem se instalou no poder não foram os segundos, que venceram militarmente, mas um terceiro partido, que até aí agia na sombra: os partidários da Carta Constitucional.



Este partido de moderação e compromisso, como é próprio dos seus brandos princípios, não se tornara conhecido por meio de manifestações de rua nem pelo recurso a golpes armados. Desde o primeiro momento da revolução de 1820 tinha firmado os seus créditos nos bastidores dos ministérios, das câmaras e dos conselhos de el-rei, aconselhando prudência e mútuas concessões, passos pequenos e riscos reduzidos. A sua arma era a correspondência confidencial e o seu ambiente era a diplomacia.

Pouco a pouco, o conselheiro fiel ia misturando o seu remédio urgente com a afirmação de princípios liberais. Já não se tratava de atalhar um fogo, mas de dar assento a uma nova e duradoura relação entre o príncipe e os seus súbditos.

A revolução de Agosto, de 1820, no Porto apanhou desprevenidos os governadores do reino e estes imediatamente recorreram aos conselhos do conde de Palmela, o único membro do governo que se encontrava em Lisboa. O experimentado diplomata depressa se tornou o conselheiro, o inspirador e o redactor das respostas governamentais aos actos revolucionários. A entrada de Palmela no centro das decisões trouxe à política portuguesa esse novo condimento ideológico, ainda mal assimilado entre nós, mas destinado a um futuro de triunfal preponderância na monarquia oitocentista: o liberalismo moderado, ou cartismo. No imediato, Palmela aconselhou os governadores do reino a porem-se à frente das aspirações populares. Era preciso fazer uma jogada de antecipação que esvaziasse os motivos da revolta: prometessem desde logo a reunião das cortes e a disposição do governo para atender todas as queixas.

Chegado ao Rio de Janeiro, o conde de Palmela, que era a cara mais visível do partido da moderação, não cessou de lançar avisos angustiados ao rei: devia Sua

Majestade tomar imediatamente medidas firmes e decisivas, ou seja, devia antecipar espontaneamente a concessão de liberdades constitucionais, antes que elas lhe fossem arrancadas por um movimento revolucionário. Era urgente que fosse o rei a adiantar esse passo, o qual, mais tarde ou mais cedo, seria obrigado a dar. Fizesse Sua Majestade concessões liberais, para atalhar os progressos da revolução. Ao longo dos meses seguintes não deixou de bater na mesma tecla: Sua Majestade mostrará prudência em conceder de livre vontade o que decerto terá de ceder mais tarde. Assim conciliará força e liberalidade. Mas este conselho insistente, que a princípio parecia ser a reflexão estratégica de um diplomata consumado, foi tomando, com o passar do tempo e o arrastar das decisões, uma feição programática. As concessões feitas pelo rei deviam ser "análogas ao espírito do tempo", ao mesmo tempo que compatíveis com "a honra e a segurança do trono". O governo era incitado a reagir contra a revolução ocorrida em Portugal, mas ao mesmo tempo devia perceber que esta não nascera de problemas particulares à nação portuguesa. O que movia os revolucionários da metrópole era a "tendência geral de todas as Nações da Europa para a forma de Governo Representativo". E por isso D. João VI não podia fugir a formar um governo constitucional, fundado nos princípios que se estavam a adoptar em quase toda a Europa. Os portugueses não aceitariam ficar numa situação de inferioridade política, quando se comparassem com os seus vizinhos. Pouco a pouco, o conselheiro fiel ia misturando o seu remédio urgente com a afirmação de princípios liberais. Já não se tratava de atalhar um fogo, mas de dar assento a uma nova e duradoura relação entre o príncipe e os seus súbditos.

Tomar decisões rápidas não estava de acordo com o feito de D. João VI. Adiou enquanto pôde e finalmente cedeu em toda a linha, sob a pressão de uma revolta popular que estalou no Rio de Janeiro. Regressou ao reino, onde o governo e a Assembleia Constituinte lhe impuseram todos os sinais de subalternidade política, entre eles o desterro de vários dos seus conselheiros próximos. O rei viu-se privado de alguns dos seus ministros predilectos, mas quando o infante D. Miguel lhe devolveu o poder, os apóstolos da conciliação entre partidos recuperaram as pastas ministeriais. Passada a comoção do golpe de Vila Franca, o conde de Palmela, mais uma vez ministro dos negócios estrangeiros, enviava aos diplomatas portugueses nas Cortes europeias a interpretação oficial da reviravolta política que ocorrera naqueles dias:

Havia muito que os povos de Portugal, já desenganados das falaciosas promessas dos regeneradores da pátria, mostravam sintomas de descontentamento. El-Rei abstivera-se de agir contra a "cega facção que dominava", porque queria evitar

a efusão de sangue e porque se mantinha escrupulosamente fiel à palavra que havia dado quando assinou a constituição. Mas as promessas feitas ao povo português viam-se desmentidas diariamente e as calamidades acumulavam-se: o Brasil separado da metrópole, a dívida pública enormemente aumentada, o território português coberto de desterrados e oprimidos, a religião ludibriada, o trono vilipendiado, as relações com os governos estrangeiros interrompidas. Foi então que a briosa resolução do infante D. Miguel fez soar unanimemente o grito de revolta contra a facção opositora. Imediatamente seguido pelos povos de todo o reino, o infante restaurou o Trono na sua liberdade de acção. Em recompensa da fidelidade portuguesa, El-Rei estava disposto a dar-lhe uma Carta de Lei Fundamental que conciliaria o império da lei e a felicidade dos povos com a dignidade e a firmeza do Trono, afastando-se prudentemente “dos dois extremos, do poder absoluto e da anarquia revolucionária”. A nova Carta devia ser fundada sobre as antigas leis deste reino, “aperfeiçoadas como pede o século em que vivemos, e tendo em vista as Instituições das outras Monarchias constitucionais da Europa”.

Dias depois, o conde de Palmela teria ensejo de expor publicamente o programa do cartismo. Tomava posse a “Comissão Preparatória da Carta”, presidida por ele. O discurso que pronunciou nessa ocasião e foi publicado na Gazeta de Lisboa, serviu-lhe para ajustar contas com o partido “exaltado”, que o desterrara para longe da corte, e justificar a revolta que abolira a “ilegal” constituição de 1822. Nesse discurso acentuava com aguda ironia dois dos erros mais absurdos desses “poucos e obscuros facciosos” que tinham dominado o país nos últimos três anos:

“Começaram por sujeitar os portugueses à inaudita ignomínia de jurarem a observância de uma Constituição, da qual se não conheciam ainda nem mesmo as primeiras bases; ...

Ateveu-se um pequeno número de facciosos usurpadores a dictar as procurações que os povos deviam dar aos seus Representantes, inserindo n’ellas a clausula exótica e indefinida, de que a Constituição de Portugal seria mais liberal que a de Hespanha; violaram por este modo eles mesmos nos seus primeiros actos o princípio abstracto da soberania nacional, que theoreticamente proclamaram”.

Com a denúncia de tamanha prepotência, o grande diplomata punha o dedo numa chaga viva, que



“A nova Carta devia ser fundada sobre as antigas leis deste reino, “aperfeiçoadas como pede o século em que vivemos, e tendo em vista as Instituições das outras Monarchias constitucionais da Europa”.

criara grande número de inimigos aos exaltados políticos da facção preponderante na Câmara e no governo. Em várias ocasiões, ao longo do processo constitucional, os corpos do estado, funcionários públicos, dignidades eclesiásticas e civis, tinham sido convocados para o juramento de fidelidade à constituição, antes e depois de serem conhecidos os artigos da mesma. Estes rituais de afirmação do novo poder não tinham poupado nenhum dos antigos

corpos sociais. Mesmo aqueles que já não tinham lugar na nova ordem política, como os “grandes do reino”, foram imperiosamente convocados a essas cerimónias, que assumiam um carácter tanto mais humilhante

quanto não se conhecia o texto a que se devia jurar fidelidade e obediência. E as penas reservadas a quem se recusasse ao juramento, ou apenas manifestasse reservas a um ou outro ponto depois do texto conhecido, não eram meigas: expulsão do reino e perda da nacionalidade. O poder vintista não temera afrontar as mais altas hierarquias do reino e por isso a rainha e o cardeal patriarca estavam exilados, à data da revolta de Vila Franca.

Mas se esta crítica acertava num flagrante exemplo de despotismo, a censura do diplomata visava mais longe, o seu alvo era a questão ideológica. Quando o governo provisório e mais tarde as Cortes Constituintes exigiam o juramento de obediência a uma constituição cujo texto ainda não estava redigido, o que se podia depreender deste acto era uma afirmação do princípio da soberania do povo, enquanto fonte exclusiva de legitimidade da lei. Se o povo era a origem do poder, então aquilo que os seus representantes decretassem seria sempre legítimo, fosse qual fosse a redacção definitiva do texto constitucional e, por isso, não haveria contradição em exigir antecipadamente preito de obediência ao que os eleitos decretassem. O mesmo modo de pensar se manifestou no Rio de Janeiro em 1821, quando a população da capital brasileira, sublevada contra a convocação das cortes tradicionais (clero, nobreza e povo), exigiu que o rei declarasse o seu assentimento à constituição que se estava fazendo em Lisboa. E o rei, ao ceder a esta exigência, tacitamente dava o seu acordo ao princípio de que, fosse qual fosse o texto que estava a ser votado do outro lado do Atlântico, a sua legitimidade estava garantida pela eleição dos deputados, e não

pelo conteúdo das leis que a Assembleia Constituinte aprovasse.

Era contra este princípio da soberania do povo que se alarmava o cartismo, e por essa razão dirigira o

“Um ponto crucial da doutrina cartista, tal como ela fora definida em França por ocasião do regresso dos Bourbons (1814), era que a carta constitucional devia ser outorgada pelo rei, e não votada pelos representantes da nação.

conde de Palmela tantos e tão desesperados avisos ao rei. Quando lhe pedia que concedesse por movimento próprio as liberdades que mais tarde ou mais cedo lhe seriam arrancadas, a questão que importava defender era que a iniciativa não partisse do povo para o rei, mas do rei para o povo. O pensamento cartista era fruto da reflexão suscitada depois de uma época de conturbação e violência revolucionária, que viera a desembocar no despotismo militar. Submetida a nação francesa a esse “espírito de usurpação e de conquista” que era, para Benjamin Constant, a negação de todo o direito político, os políticos que se opunham ao despotismo napoleónico, observavam com que facilidade se podiam manobrar os corpos eleitorais para a criação de um governo que não encontrava limites à sua intromissão na vida privada e na opinião dos cidadãos. Daí concluíam que o mais necessário era salvaguardar por meio de um código legislativo as liberdades do cidadão e os limites à esfera de acção do poder central. A lei fundamental devia garantir a propriedade inviolável, a liberdade de imprensa, a representação nacional. O que importava não era tanto saber quem produziria a lei, como qual o conteúdo da mesma. Este foi o pensamento inicial da nova doutrina, que nasceu neutra, mas em 1814 sofreu uma inflexão decisivamente monárquica. A comissão que aprovou a Carta Constitucional francesa era composta de adeptos da tradição histórica, que queriam conciliar a velha monarquia com a nova doutrina constitucional. A carta garantiria os direitos e as liberdades dos franceses, sim, direitos muito mais sólidos que os que tinham gozado nos períodos republicano e imperial. Mas o código fundamental não se chamaria constituição, pois se dava por adquirido que a constituição do reino de França era um produto da história, composto por muitas obrigações e franquias, tanto escritas como costumeiras. A Carta não era, portanto, toda a constituição do reino, mas uma emanção desta. A linha de sucessão não ficava definida no texto constitucional, pois se achava regulada por um costume imemorial, que chamava ao trono os descendentes de Hugo Capeto, de filho primogénito a filho primogénito. E era em virtude dessa



antiga constituição da monarquia que o rei tinha a competência para aprovar uma Carta que garantisse as liberdades civis do seu povo. A doutrina defendida pelos cartistas portugueses não diferia desta. A constituição de 1822 parecia-lhes uma ofensa à natureza do regime monárquico, porque fora feita à margem de quaisquer directrizes régias. No Rio de Janeiro o conde de Palmela aconselhara ao rei medidas conciliatórias, mas também o admoestara a defender a dignidade do trono e a repelir sem hesitações o princípio da soberania popular. Chegara mesmo a redigir um manifesto que D. João VI poderia dirigir aos portugueses e nesse texto puxava pela essência da tradição monárquica: "Lembra-vos que na Monarquia não pode haver leis sem o concurso do Rei por vós mesmos reconhecido". O erro fatal dos últimos três anos era que os "representantes da nação" se tinham arrogado todo o poder legislativo, o qual só lhes poderia competir no caso de o trono se achar "vago ou ilegítimamente ocupado", como em 1383 ou em 1640. Armados com esta mesma doutrina, os exércitos franceses tinham entrado em Espanha, onde umas cortes revolucionárias sequestravam a família real, depois de terem extorquido ao rei o juramento da Constituição de Cádiz de 1812. De Paris, o rei Luís XVIII traçou o programa do corpo expedicionário: "Quando Fernando VII estiver livre para dar aos seus povos as instituições que eles não podem receber senão dele, e que, assegurando o seu repouso, dissipariam as justas inquietações da França, nesse momento cessarão as hostilidades". À sombra da expedição francesa os inimigos do constitucionalismo tinham levantado a cabeça em Portugal, no dia 27 de Maio de 1823. Mas esse partido que tão bem se movia nos corredores do poder desarmou as intenções do infante e dos seus seguidores. Coligado com o rei, o ministério Palmela-Suberra definiu um programa de conciliação e futuro convívio entre antagonistas políticos. Nos dias imediatos à mudança de governo, o conde de Palmela explicava aos diplomatas nacionais que Portugal não seguiria o caminho de vingança e "cega reacção" adoptado em Espanha, pois não havia exemplo na história de um reino encontrar a paz enquanto o partido vencedor perseguia a ferro e fogo o seu oponente. Além disso, depois de grandes perturbações como as que se tinham vivido em Portugal, não se acalmavam as águas com o triunfo exclusivo de uma das correntes, mas sim com uma transacção entre os grupos que se combatiam.

A experiência diplomática servia, mais uma vez, para afirmar princípios de uma política permanente, com os quais se preparava a chegada de um regime parlamentar que não viesse subverter a tradição portuguesa. A política de moderação vinha para ficar. Mas faltava demonstrar que a receita diplomática servia para edificar um regime, ou seja, que uma constituição duradoura se poderia erguer sobre as ideias de compromisso e moderação. Os juristas da tradição alemã dissertaram longamente, no

século XX, sobre a inevitável coerência dos sistemas constitucionais e sobre o carácter meramente dilatório das disposições que procuram um compromisso entre legitimidades opostas. Trata-se apenas de adiar a vitória definitiva de um dos princípios opostos, que não podem conviver no mesmo sistema jurídico. Foi também esse o ponto de vista dos que atacaram o regime da Carta Constitucional, e em particular o daqueles que o conseguiram derrubar. O constitucionalismo outorgado era, na óptica do republicanismo português, uma ave bicéfala, uma solução provisória em regime de transição para a soberania do povo. Debruçando-se sobre esse tema, Teófilo Braga publicou em 1879 um dos textos fundadores do pensamento republicano em Portugal: "Do Systema Constitucional como transigência provisória entre o absolutismo e a revolução". Mais tarde os integralistas viriam a comungar desta interpretação, quando diziam que a república

Como quer que seja, o regime da Carta foi o que mostrou maior capacidade de sobrevivência, dentro do constitucionalismo monárquico. Durou de 1826 até 1910, exceptuados os anos de predomínio miguelista ou setembrista.

começara em 1834, dado que encontravam uma lógica de evolução segundo a qual a monarquia constitucional não podia ter sido senão a predecessora da república. Não foi este, porém, um ponto de vista unânime no tradicionalismo português, pois houve quem salientasse o carácter acentuadamente monárquico daquela lei fundamental, onde todas as prerrogativas régias estavam conservadas e o rei era o fundamento da ordem constitucional. Como quer que seja, o regime da Carta foi o que mostrou maior capacidade de sobrevivência, dentro do constitucionalismo monárquico. Durou de 1826 até 1910, exceptuados os anos de predomínio miguelista ou setembrista. As interrupções que sofreu foram curtas e as intervenções estrangeiras a seu favor provam a aptidão deste regime, ou do partido que o sustentava, para se mover nas chancelarias, nos corredores diplomáticos e nos centros de decisões internacionais.

Daqui e Dali

"Quero bem a todos os portugueses, mesmo àqueles que me fizeram mal."

Rainha Dona Amélia (28/09/1865, Twickenham - 25/10/1951, Le Chesnay)

"A Monarquia é a barreira contra o poder de idiotas em grandes números."

Voltaire



Tomás Ponce Dentinho

Presidente da Real Associação da Ilha Terceira

ENTREVISTA DE JOÃO TÁVORA

Nasceu em Lisboa e foi batizado em Elvas há 65 anos e vive há 38 anos em Angra do Heroísmo, terra da sua mulher e onde os seus dois filhos cresceram. É docente de economia da Universidade dos Açores, em Angra e faz investigação em economia regional.

Em que circunstâncias da sua história de vida aderiu à causa da monarquia?

O meu pai era da Convergência Monárquica e do PPM. Fui aderindo à ideia à medida que me envolvia no PPM ouvindo o Henrique Barrilaro Ruas, participando em campanhas no Alentejo e sendo "boy" adjunto do ministro Gonçalo Ribeiro Teles.

A Real Associação da Ilha Terceira é uma das mais recentes adesões à Causa Real. Como decorreu o processo?

Há décadas juntei-me à iniciativa para criar a Real Associação dos Açores, mas tal ideia foi pouco aceite na Terceira e criou-se a Real Associação da Ilha Terceira que só foi integrada na Causa Real há três anos.

Qual a melhor recordação que guarda da sua actividade monárquica?

A melhor recordação tem a ver com a visita do Senhor Dom Duarte e de sua família à Terceira, Pico, Faial e São Miguel em maio de 2021 e durante a qual tive a oportunidade de perceber o enorme valor da Família Real para os portugueses.

Qual a maior dificuldade que vem encontrando na implantação da RAIT?

A Real Associação da Ilha Terceira tem 20 sócios o que corresponde a 3,6 sócios por 10000 habitantes, sensivelmente o mesmo ratio que a Real Associação de Lisboa. O problema não está no número, mas na substanciação da função das Reais Associações como membros da Causa Real na promoção de ações conducentes à "restauração da Monarquia e à defesa dos valores e interesses permanentes de Portugal".

Pode falar-nos das especificidades, vantagens e dificuldades, da implantação da Causa Real no Arquipélago dos Açores, e mais especificamente na ilha Terceira?

As dificuldades dependem dos objetivos que se traçam. Se quisermos pensar e reconhecer os portugueses dos Açores, dos Estados Unidos, do Canadá e do Havai como um povo que se diferencia pela integração e pelo desenvolvimento diferenciado dos locais onde se enraíza percebemos que a restauração começa por aí.

O que aconselha aos visitantes da Ilha Terceira?

Uma volta a pé ao Monte Brasil que teve nome antes do Brasil, porque Brasil nos mapas irlandeses, era o nome de ilhas utópicas. Conversem com Dom João VI e com o Gungunhana. Na cidade percebem onde viveram Fernando Pessoa e Almeida Garret, deem um abraço ao Vasco da Gama, vejam os Corte Real no Museu e o Índio do Jardim e depois de passarem pelo mártir do Japão Beato João Baptista Machado SJ vão ao batistério da Sé onde está um pote que veio cheio de pimenta pelo Pacífico do hemisfério Espanhol.

Quais as suas expectativas de futuro?

A inclusão da Família Real no Protocolo de Estado, o convite do Senhor Dom Duarte para integrar o Conselho de Estado e a afetação dos rendimentos da Fundação da Casa de Bragança à atividade pública da Casa Real.

Considera que os terceirenses são sensíveis à mensagem monárquica? Porquê?

A Terceira sempre foi livre e vencedora de qualquer ocupação, espanhola, separatista, comunista ou nacionalista. A Terceira recria-se nos melhores sítios da América, do Canadá, do Havai, do Huambo ou do Rio Grande do Sul. Portugal começou no Norte, mas recomeça sempre da Terceira.

O que é preciso fazer para cativar os jovens da Ilha Terceira?

Os jovens cativam-se pelo exemplo dos pais e dos amigos. Para eles é fundamental saberem como podem evitar serem obrigados a sair das ilhas ou como podem sentir-se portugueses de primeira quando ficam ou quando emigram para a América ou para o Canadá.

GRÃ-DUQUESA CARLOTA - MÃE

ANTÓNIO PINHEIRO

As comemorações, em 2022, do Jubileu de Ouro de Margarida II da Dinamarca e do de grandes homenagens mundiais pela forma como exerceu as suas funções soberanas que marcaram os seus países e a história contemporânea. Entre estas com sangue real portugueses, figura muito interessante de chefe

A separação do Reino dos Países Baixos

O Luxemburgo, elevado em 1354 a ducado, passou no século XV a integrar os territórios da Casa da Borgonha e posteriormente os domínios dos Habsburgo, fazendo parte dos Países Baixos espanhóis, depois austríacos. Na sequência da revolução francesa e da ocupação destes territórios por tropas daquele país, o Congresso de Viena, nos reajustes de 1815, criou o Reino dos Países Baixos, atribuindo o território luxemburguês, em união pessoal, como grão-ducado, ao Rei Guilherme I de Orange-Nassau, primeiro soberano do novo reino. O Grão-Ducado ficava a fazer parte da Confederação Germânica e, em consequência, uma guarnição prussiana permaneceria na cidade do Luxemburgo, considerada fortaleza federal.

Quando em 1830, as províncias do sul proclamaram a secessão dos Países Baixos, foram acompanhadas por alguns setores políticos luxemburgueses, descontentes com o estatuto de inferioridade do grão-ducado em relação ao governo da Haia, parecendo por vezes não ser mais do que uma província. O tratado de Londres de 1839 poria fim ao processo de separação do Reino da Bélgica, impondo a sua neutralidade e também uma compensação com território luxemburguês, de língua francesa, anexado ao novo país, que constitui hoje a província belga do Luxemburgo. A atitude em relação ao Grão-Ducado de Guilherme II, novo soberano em 1840, foi temporizadora e no sentido de incentivar o seu governo pelos luxemburgueses, tendo de certa maneira o efeito de atenuar as tendências independentistas. Em 1842 o Luxemburgo aderiu ao Zollverein, a união alfandegária germânica.

Pelo segundo Tratado de Londres, em 1867, o Reino Unido, a França, a Áustria, a Prússia, a Rússia, a Itália e os Países Baixos estabeleceram e tornaram-se garantes da neutralidade do Grão-Ducado. A Bélgica, país com estatuto de neutralidade, e o próprio Luxemburgo foram partes signatárias deste tratado, que pôs termo às intenções anexionistas da França de Napoleão III. Com o fim da Confederação Germânica no ano anterior, e em consequência deste estatuto de neutralidade, as instalações militares do Luxemburgo foram desmanteladas entre 1867 e 1883.

A Constituição de 1841, reformada em 1848 no período revolucionário de agitação política e social que alastrou na Europa, e de novo em 1856, foi mais uma vez e significativamente alterada em 1868, incorporando o reconhecimento da independência e neutralidade luxemburguesas. O Estado foi então declarado "independente, indivisível, inalienável e perpetuamente neutro", integrando o estabelecido no tratado de 1867.

Os Duques de Nassau, Grão-Duques do Luxemburgo

A morte, em 1890, do Rei-Grão-Duque Guilherme III de Orange-Nassau, sem filhos varões sobreviventes, provocou a separação do Luxemburgo, em virtude das diferentes leis de sucessão. Nos Países Baixos sucedeu como soberana a Princesa Guilhermina, enquanto foi chamado ao trono do Luxemburgo um parente desta e seu tio materno, Adolfo,

Duque de Nassau (estado que tinha sido anexado pela Prússia em 1866), chefe do ramo de Nassau-Weilbourg. O novo Grão-Duque já fora regente do Luxemburgo durante um período de doença de Guilherme III e é considerado o primeiro monarca da dinastia nacional. Em 1905 sucedeu-lhe seu filho, Guilherme IV, que casara em 1893 com a Infanta D. Maria Ana de Bragança, penúltima filha do exilado D. Miguel I. Este casamento começara por não se poder realizar devido à diferença de religião de Guilherme, uma vez que os Nassau eram protestantes, e da católica Maria Ana, mas depois da subida ao trono de Adolfo, num país de maioria católica, o obstáculo foi



O casal Grão-Ducal, Carlota e Félix de Bourbon-Parma

considerado ultrapassado, com a condição de que os filhos viessem a ser educados na fé protestante e as filhas como católicas. Como o casal só teve filhas, a família grão-ducal passaria a professar a religião da maioria dos habitantes do Luxemburgo. Em 1907, o Grão-Duque Guilherme IV declarou sucessora a filha primogénita, alterando o pacto de família por falta de descendentes dos Nassau, hábeis para o efeito. A Grã-Duquesa Maria Ana assumiu a regência do Luxemburgo de 1908 a 1912, primeiro durante a doença do marido e nos meses de fevereiro a junho de 1912, na menoridade da nova monarca.

A Grande Guerra e a crise de 1918-1919

Foi na família dos Grão-Duques Guilherme IV e Maria Ana, que nasceu em 1896, no castelo de Berg, a segunda das suas seis filhas, Charlotte Adelgonde Elisabeth Marie Wilhelmine, Princesa do Luxemburgo e de Nassau, para quem a possibilidade de vir a suceder na Coroa luxemburguesa provavelmente seria uma hipótese não muito próxima, uma vez que a irmã primogénita, Adelaide, reinaria durante sete anos e poderia vir a ter descendência.

DO LUXEMBURGO MODERNO

MARQUES

Jubileu de Platina da Rainha Isabel II, bem como o falecimento desta última, ocasião reais, deveriam levar-nos a pensar como o século XX foi uma época de grandes Senhoras sobressai Sua Alteza Real a Grã-Duquesa Carlota do Luxemburgo, de estado. Vejamos um pouco a evolução do país de que foi soberana.

Em 1914, o receio de uma invasão alemã fez aumentar as preocupações do governo, consciente de que o Luxemburgo, para além de ocupar uma posição estratégica na região, tinha fortes afinidades de ordem económica e financeira com a Alemanha, sendo tido como pertencente à sua área de influência. Como sabemos fora membro da Confederação Germânica de 1815 a 1866 e pertencia ao Zollverein. A neutralidade do país foi reafirmada, sem que a entrada das tropas alemãs, em agosto de 1914, em clara violação do estatuto de neutralidade do país, pudesse ser evitada. A ocupação provocou problemas de abastecimentos, com penúria e subida incontável de preços apesar das medidas determinadas pelo governo, provocando o descontentamento geral e a perturbação social. Surgiram então os primeiros sindicatos metalúrgicos. Havia no país a percepção de que a própria independência estaria em perigo, com riscos de anexação pela Bélgica. A jovem Maria Adelaide, que actuara sempre dentro do respeito pelos princípios estabelecidos pela Constituição e exercendo os poderes nela estabelecidos, não foi poupada a críticas, tendo sido proclamada uma efémera república, a 9 de janeiro de 1919, com a ordem constitucional a ser rapidamente reposta. Sob forte pressão, a Grã-Duquesa Maria Adelaide renunciaria a 14 de janeiro, vindo a entrar, no ano seguinte, num convento de Módena. Faleceu em 1924, devido a problemas de saúde, apenas com 29 anos.

Subida ao trono de Sua Alteza Real a Grã-Duquesa Carlota

Foi numa situação de agitação e instabilidade que a nova soberana prestou juramento a 15 de janeiro, perante uma delegação parlamentar. Ainda nesse mês, proclamou como sua firme intenção o cumprimento escrupuloso dos seus deveres, seguindo o exemplo de um povo que procurava viver nos princípios da justiça e da liberdade e mantendo as tradições nacionais. Afirmou também que a sua linha de conduta no exercício do poder supremo seria nos termos da Constituição e das leis, sob o aconselhamento do governo dotado da confiança da nação.

Um referendo realizado a 28 de setembro, por sufrágio universal (sistema instaurado em maio desse ano) aprovou a transição da Coroa, por uma maioria de 77,8% contra 19,7% favoráveis à república.

No mês de novembro de 1919 contraiu matrimónio com um primo, o Príncipe Félix de Bourbon-



A Grã-Duquesa e regente do Luxemburgo, Maria Ana, filha de D. Miguel, com as seis filhas. Parma, filho do Duque Roberto I de Parma e da Infanta D. Maria Antónia de Bragança, filha de D. Miguel I.



Carlota, Grã-Duquesa do Luxemburgo e Duquesa de Nassau.

O período entre guerras

O Luxemburgo iniciou então um processo de recuperação. A guerra tinha posto fim à união alfandegária e o país teria de encontrar novos parceiros e oportunidades comerciais. O reinado de Carlota viria a abranger o período de recuperação pós-primeira guerra mundial e o início de uma afirmação internacional mais visível, a monarquia aparecendo como garantia da sobrevivência nacional e da independência do país.

O referendo de 1919 incluiu uma pergunta sobre uma união económica com França ou com a Bélgica, em alternativa. Apesar da escolha ser a união com França, viria a concretizar-se, em 1921, a União Económica Belgo-Luxemburguesa, por um acordo estabelecendo uma união alfandegária e a paridade do franco luxemburguês e do franco belga. Em 1920 tivera lugar a adesão do Luxemburgo à Sociedade das Nações, instituída no ano anterior.

Nos anos 30, a Grã-Duquesa Carlota procedeu à venda de propriedades na Alemanha, que lhe vinham da herança Nassau. Não parecem ser conhecidas as motivações para a venda, mas no

campo das suposições poderíamos encontrar, talvez, a vontade de cortar algumas ligações da dinastia com a Alemanha ou mesmo o receio dos tempos incertos que pareciam avizinhar-se. Entre as propriedades vendidas, o castelo de Weilburg e o palácio de Biebrich, hoje em Wiesbaden. A cripta da igreja do castelo de Weilburg, ainda assim veio a manter estatuto de extraterritorialidade e é panteão dos príncipes de Nassau, tendo o último Duque reinante e Grão-Duque do Luxemburgo, Adolfo, e o filho Guilherme IV, sido trasladados para a cripta, no início dos anos 50, enquanto os membros católicos da dinastia reinante estão sepultados na catedral da cidade do Luxemburgo.

A II Guerra Mundial

Em maio de 1940, imediatamente antes da invasão alemã (e nas mesmas datas em que Guilhermina dos Países Baixos escolhia também sair do seu país, igualmente invadido), a Grã-Duquesa Carlota com a família e o governo, em três grupos diferentes, deixaram o Luxemburgo, passando primeiro a França, onde o governo se instalou na legação luxemburguesa, e depois a Portugal, tendo a soberana ficado instalada na Casa de Santa Maria, em Cascais, onde se mantém viva a memória deste facto. Um interessante artigo, a propósito da visita grão-ducal a Portugal, foi publicado em junho de 2022, no nº 25 do Correio Real, sobre o protesto da Grã-Duquesa e do seu Governo quando da invasão do Luxemburgo e as medidas sofridas pelo país. Nessa visita, os Grão-Duques do Luxemburgo, em maio de 2022, estiveram na Casa de Santa Maria, onde depuseram flores junto do busto da Grã-Duquesa Carlota, depois de terem visitado, no Palácio da Cidadela, a exposição "Portugal e Luxemburgo, países de esperança em tempos difíceis".

De Portugal a família grão-ducal viajou para Inglaterra e Canadá. Carlota visitou os Estados Unidos, em 1940, 1941 e 1942, em ações de sensibilização das autoridades americanas para a situação do seu país, que procurou manter no mapa da guerra. O governo luxemburguês no exílio instalou-se em Londres, de onde a Grã-Duquesa Carlota emitia, pela BBC, mensagens na língua luxemburguesa ao povo e resistentes do seu país. De lembrar que foi o primeiro chefe de estado a dirigir-se aos seus compatriotas na língua nacional, contribuindo para a consolidação do seu estatuto identitário. Tornou-se rapidamente símbolo da resistência aos ocupantes nazis e, simpaticamente, era conhecida como uma "propagandista em pérolas", em alusão aos seus colares.

Nesta luta pela sobrevivência do Luxemburgo, foi ativamente apoiada pelo marido, o Príncipe Félix, que se juntou ao Exército britânico, enquanto o Grão-Duque herdeiro, depois da sua formação na Academia Real de Sandhurst, se alistou igualmente nas forças britânicas. Ambos entraram nas operações de guerra, tendo o Grão-Duque João participado no desembarque da Normandia, na batalha de Caen e ainda na libertação de Bruxelas, antes da libertação do Luxemburgo, onde a Grã-Duquesa Carlota foi recebida pela população em júbilo, a 14 de abril de 1945.

O pós-guerra

Dirigindo-se à Câmara dos Deputados, a 16 de abril de 1945, a soberana exprimiu "a sua confiança e fé no futuro e na recuperação dos desgastes e estragos provocados por anos de opressão, realçando a necessidade de construir uma sociedade mais justa, especialmente para as classes trabalhadoras que tinham defendido o país com amor, coragem e sacrifício".

O Luxemburgo passaria a ocupar um lugar de primeira linha e a manter uma presença mais ativa na vida internacional. Ainda durante a guerra, em 1944, surgira

uma associação de livre-comércio e de integração económica, estabelecida por convenção assinada em Londres entre a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo, com a sigla BENELUX, que continua a existir (o acordo foi renovado a última vez em 2010) e que viria a inspirar as Comunidades Europeias instituídas nos anos 50 e das quais o Luxemburgo seria membro fundador.

Com a abolição do estatuto de neutralidade em 1948 (que não evitara duas invasões na primeira metade do



século XX) o Grão-Ducado do Luxemburgo foi um dos doze estados fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte, estabelecida pelo tratado assinado a 4 de abril de 1949, em Washington. O país viria a contribuir com 3.500 toneladas de aço para a construção do edifício que foi sede da organização em Paris, durante sete anos.

Alterações constitucionais do reinado

Para além das alterações à Constituição de 1919, o reinado de Carlota do Luxemburgo viu mais duas revisões constitucionais de relevo: em 1948, pondo termo ao estatuto de neutralidade perpétua do país e garantindo direitos fundamentais da pessoa e da família como, entre outros, o direito ao trabalho e as liberdades sindicais. Em 1956, a evolução institucional da Europa levou a outra revisão da Constituição, por forma a permitir a transferência de poderes para as organizações internacionais que então surgiam e assim ser possível a adesão aos tratados nesse sentido.

A Mãe do Luxemburgo moderno

Depois de um reinado longo, com períodos muito difíceis e dolorosos, a Grã-Duquesa Carlota abdicou em João, seu filho primogénito, em novembro de 1964. Recebera em 1956, concedida pelo Papa Pio XII, a raríssima distinção da Rosa de Ouro.

Uma figura muito bem interessante, voluntariosa e com a exata compreensão dos seus deveres e das linhas de conduta a seguir, era dotada para a pintura, o desenho e a música, e escreveu poemas em várias línguas. A determinada Grã-Duquesa Carlota, à frente dos destinos do seu país durante quarenta e cinco anos, símbolo da unidade nacional e da perenidade do seu país, bem pode ser considerada a "Mãe da Nação".



A full-page portrait of António Nogueira Leite, a middle-aged man with grey hair, wearing a dark blue suit, a light blue shirt, and a patterned tie. He is standing with his arms crossed, smiling slightly. Behind him are several flags, including the Portuguese flag and a flag with a blue shield and white dots. The background also features a blue and white patterned wall.

ENTREVISTA A

António Nogueira Leite

Entrevista coordenada
por João Távora

Doutorado pela Universidade de Illinois, nos EUA, António Nogueira Leite, conhecido analista e comentador de economia nos media, foi Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças no XIV Governo (de António Guterres) e professor catedrático da Nova SBE desde 1995. Foi Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Lisboa, administrador da Soporcel, governador (suplente) do Banco Europeu de Investimentos, do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento. Foi administrador do Grupo José de Mello e vice-presidente da CGD. Membro do Conselho Nacional do Partido Social-Democrata, entre 2008 e 2011 foi apoiante de Pedro Passos Coelho. Intelectualmente irrequieto e com um gosto especial pela polémica, desiludido com a incapacidade do país em se reformar, cedo abandonou a sua actividade partidária. Nascido em 1962, casado e pai de uma filha, António Nogueira Leite, um discreto monárquico "liberal à moda antiga", é hoje o nosso entrevistado.

Considera-se um liberal clássico. Sob esse ponto de vista como entende o enquadramento da instituição real no Portugal dos dias de hoje?

Considero-me um liberal na medida em que atribuo lugar cimeiro a valores como a liberdade individual, a propriedade privada, a livre iniciativa e a igualdade perante a lei. Acredito que numa sociedade liberal, a instituição real, assim como governos democraticamente eleitos, e demais instituições de um estado moderno, são importantes para garantir esses valores e proteger os direitos individuais dos cidadãos.

No contexto político, as instituições democráticas, como eleições livres e justas, um sistema judicial independente e a liberdade de expressão, são essenciais para garantir a liberdade individual e a igualdade perante a lei. O Estado liberal deve garantir que essas instituições sejam mantidas e protegidas, para que os cidadãos possam exercer os seus direitos e liberdades sem medo de retaliação ou perseguição.

Também as instituições de mercado, como as empresas ou os mercados financeiros, são essenciais para o funcionamento de uma economia liberal. O mercado livre e concorrencial permite que os indivíduos usem os seus recursos da forma mais eficiente, sem a interferência do governo ou de outras instituições. Porém, quando o mercado falha, as instituições do estado devem garantir a aproximação ao ótimo social, compaginando adequadamente os interesses de agentes com poder muito diferente nos mercados. Um Estado liberal deve garantir que essas instituições públicas reguladoras do mercado sejam livres e justas, por forma a que se atinja, tanto quanto possível, o ótimo social.

A instituição real, que preconizo e defendo deve constituir-se como um elemento fundamental para a garantia dos valores da liberdade individual, da propriedade privada, da livre iniciativa e da igualdade perante a lei, como, aliás, vemos acontecer em vários países europeus, com toda a naturalidade.

Que benefícios traria ao sistema político a recuperação da Instituição Real?

A recuperação da instituição real, tanto no âmbito político como económico, pode trazer diversos benefícios para uma sociedade. Em primeiro lugar, pode trazer estabilidade e segurança. Na verdade, quando as instituições são preservadas e funcionam adequadamente, a instituição real poderá contribuir, de modo decisivo, para uma maior confiança, tanto na esfera económica como na política, elevando a coesão social e o bem-estar dos cidadãos. Em segundo lugar, ao promover instituições fortes e imparciais, promove a justiça e a igualdade perante as instituições nacionais, através da garantia da aplicação justa e imparcial da lei, seja qual for a posição política, económica e social de qualquer cidadão. Finalmente, a instituição real, pelo seu exemplo, pode contribuir para uma maior transparência e responsabilidade, quer dos governantes, quer das demais instituições, públicas ou privadas.

Por outras palavras, a recuperação da instituição real

pode trazer benefícios significativos para a sociedade, incluindo estabilidade, segurança, justiça, igualdade, transparência e responsabilidade.

Onde para si terá falhado o constitucionalismo monárquico? Não terá falhado a legitimidade transcendental?

O constitucionalismo monárquico não terá falhado por erros de design do sistema, mas antes pela prática dos protagonistas, maiores e menores, desde a carta até à revolução republicana de 1910. Por outras palavras, não foi a conceção original e as suas sucessivas modificações que determinaram o seu fim, mas antes algumas características perversas, encontradas em vários importantes agentes políticos portugueses, quer no passado quer na atualidade, e certamente durante a monarquia constitucional. Durante boa parte do século XIX, e também já no século XX, o crescimento da máquina estatal e a progressiva assunção de novas tarefas levaram ao aumento do volume das despesas públicas. Apesar de as receitas ordinárias também irem crescendo, o certo é que o défice público não cessou de aumentar. Défice orçamental e aumento da dívida (e dos correspondentes encargos financeiros) foram, já na altura, uma questão financeira essencial. Mas eram outrossim uma questão política, pois se representavam um aperto para o Estado, para os financeiros representavam uma oportunidade de negócio, já que



“A instituição real, pelo seu exemplo, pode contribuir para uma maior transparência e responsabilidade, quer dos governantes, quer das demais instituições, públicas ou privadas.”

o défice se tinha de compensar por empréstimos ao Estado, ou a curto prazo, ou a longo prazo. Deste modo, a solidariedade entre os governantes e os banqueiros, financeiros e agiotas ia-se reforçando à medida que o descalabro orçamental se instalava e aprofundava. O envolvimento nos negócios políticos de vários banqueiros (Burnay, por exemplo), nos anos finais da monarquia constitucional, documenta bem esta dependência de financiadores nacionais privados da monarquia constitucional. A nova estrutura do poder de Estado, combinada com a ausência de mecanismos eficazes de controlo, permitia, portanto, uma enorme concentração de poderes, materialmente oposta àquilo que se pretendia com a divisão de poderes, apanágio inicial do liberalismo constitucional. Esta concentração de poderes não era, porém, senão um segundo patamar do divórcio entre o povo e a elite governante. O poder funcionava para poucos, como

aliás aconteceu novamente na primeira república. Foi pelas finanças, pela incapacidade de gestão da coisa pública e da resposta às necessidades dos cidadãos que o regime falhou. Não pela ideia da existência da instituição real. Contribuiu também para a perda da base moral ou ética da legitimidade do sistema e dos governos, esvaindo-se, assim, a legitimidade transcendental.

Em que circunstância admitiria a mudança de regime?

A restauração do regime seminal da nossa existência como país deverá, na minha opinião, ser sufragada por uma maioria de concidadãos. As condições para que tal ocorra poderão derivar ou de um maior sucesso (meu e de muitos outros) na pedagogia das vantagens ou da condução para uma situação em que se torne óbvio para todos a importância de uma referência perene da nossa nacionalidade e da nossa base comum de valores.

As suas posições quanto aos costumes são, digamos, agnósticas. Até que ponto está disposto a aplicar a visão liberal ao ordenamento da sociedade?

Eu, na forma como conduzo a minha vida e no modo como vejo a instituição familiar, sou conservador. No

A nova estrutura do poder de Estado [Liberal], combinada com a ausência de mecanismos eficazes de controlo, permitia, portanto, uma enorme concentração de poderes, materialmente oposta àquilo que se pretendia com a divisão de poderes, apanágio inicial do liberalismo constitucional, caso do Corpo Diplomático austríaco e húngaro.

entanto, porventura pela minha educação liberal, não tento impor os meus valores aos que estão fora da minha estrutura familiar—onde não os imponho, mas onde tentei sempre chamar a atenção para os seus méritos—ou social mais próxima. Cada um que decida por si, desde que daí não decorra perda ou importuno para terceiros.

É conhecida a sua desilusão com o governo PSD/CDS durante o resgate financeiro. O que faltou fazer?

O governo PSD/CDS teve um enorme mérito: salvou o país da bancarrota e de uma maior humilhação e perda, aceitando e cumprindo um programa que não era seu, mas que foi executado como se o fosse. Globalmente acho que teve muito mérito e, sobretudo o primeiro-ministro, revelou muita coragem. Penso que falhou na reforma da administração pública, a despeito de algumas racionalizações encetadas, e na gestão atempada da crise bancária que resultou das políticas e práticas de 2005 a 2011, ainda que aqui tenha sido absolutamente manietado pela visão da trióica e do sistema de regulação. Poderia e deveria ter explicado e explicitado melhor a pesadíssima herança que recebeu, inviabilizando a construção da alternativa de mentira sobre o que se passou,

que ainda hoje perdura.

Estará Portugal condenado à incapacidade do nosso país de fazer reformas ou estamos condenados às rupturas e revoluções?

O país carece de reformas na economia, em toda a administração, na saúde, na educação, na justiça, nas forças armadas. Eu preferia muito que conseguíssemos fazê-lo sem procrastinação e sem ruturas, explicando aos portugueses que só as reformas nos podem tirar deste torpor decadente em que nos encontramos. Vejo aqui um papel importantíssimo para a chefia do Estado, o de ajudar a entender a necessidade de mudanças, que terão alguns custos no curto prazo, mas que produzirão enormes benefícios para todos.

No seu entender, há quanto tempo não existe uma estratégia para Portugal?

Uma estratégia de desenvolvimento sustentado, económico, pessoal e social, não existe. Os políticos são demasiado tacticistas e a comunicação e a sociedade do imediatismo em que vivemos convivem mal com tudo o que não produz efeitos imediatos, acabando por valorizar o que é efêmero em detrimento do que é estrutural e verdadeiramente transformador. Portugal hoje não tem estratégia, apenas uma mão permanentemente estendida aos nossos parceiros europeus.

Ironicamente, a última vez que tivemos uma estratégia consistente e bem-sucedida, foi nos anos 80 e 90, quando coletivamente lutámos por entrar na então CEE e depois adaptámos a nossa economia e instituições às suas exigências e escrutínio. Também de 2011 a 2015 parecia termos iniciado uma estratégia menos explícita, mas consistente de aproximação às boas práticas do centro e norte da Europa, mas não teve continuidade.



Foto: © Nuno de Albuquerque

Considera que o país “só lá vai” com uma interrupção da democracia por um período, como referiu Manuela Ferreira Leite?

Não, de modo algum. Não precisamos de qualquer grupo de ditadores iluminados, assim como os países democráticos e livres que se adaptam eficazmente ao mundo em forte mudança também não têm precisado. Precisamos é de uma pedagogia da mudança que vá além do imediato e do efêmero.

Pela sua observação da nossa história económica, consegue perceber se Portugal é um país desleixado porque é pobre ou se é pobre porque é desleixado.

Portugal tem os recursos que tem, mas provou no passado que, apesar disso, e em boa parte também por isso, consegue realizar grandes empreendimentos com sucesso assinalável. Não nos podemos esquecer que, após o nosso período áureo nos séculos XV e XVI, mantivemos níveis de riqueza per capita assinaláveis até ao final do primeiro quartel do século XIX. A questão é que poderíamos estar melhor em 1820 se tivéssemos investido melhor os proventos da expansão, educado a população, garantindo maior liberdade de produção científica. O nosso verdadeiro problema tem sido, e é, o desleixo.

Quais são as razões primordiais para a crise do centro político que assola no ocidente democrático?

A resposta não é óbvia, pois se o fosse, o centro político estaria a dá-la. Penso que tem a ver, entre outros fatores, com não termos tido políticas de redistribuição e requalificação adequadas nas democracias ocidentais, que não deixassem tanta gente de fora das vantagens gerais da globalização e da maior liberdade de empreendimento e comércio. A globalização criou muita riqueza a nível global e nas democracias ocidentais, mas, como sempre que há mudança, há quem perca. E foram esses que não foram devidamente tratados pelos governos no ocidente. Seja o apoio dos trabalhadores industriais a Trump no rust belt dos EUA, ou o apoio dos operários franceses a Le Pen, estamos sempre a falar dos excluídos dos benefícios da nova ordem económica mundial. Foi aí que o rastilho foi ateado e é aí que ele deverá ser combatido pelos que, como eu, defendem o primado dos princípios da democracia liberal.

Acresce que a globalização dos meios de comunicação, a sua democratização via redes sociais e alguns fenómenos locais (como as igrejas evangélicas menos estruturadas, mas mais militantes no sul dos EUA ou no Brasil) criaram ambiente para a propagação de desinformação que tende a beneficiar do descontentamento e a ampliá-lo abrindo caminho a eventuais “líderes providenciais”, que, como nos

mostra a história do século XX, acabam quase sempre por providenciar desgraça.

O mundo está condenado aos extremos: Lula, Bolsonaro, Trump, Chavez, Putin, etc.?

O mundo não está condenado aos extremos, mas os extremistas têm vindo a ganhar terreno. Não podem ser ignorados, devem ser combatidos assim como, e fundamentalmente, os problemas que deram origem às condições que possibilitaram o seu aparecimento.

É conhecido na comunicação social pelos seus comentários assertivos em matéria de economia. Qual a maior

ameaça a médio prazo para a nossa república, no contexto europeu?

A incapacidade de reter o nosso melhor talento, reformar a administração pública e o espectro da

Portugal hoje não tem estratégia, apenas uma mão permanentemente estendida aos nossos parceiros europeus.



potencial disrupção social causada pelas dificuldades dos sistemas públicos de saúde e segurança social, se não os tratarmos adequadamente. Ontem já era tarde.

É conhecida a sua reserva em relação à atomização do espaço de opinião em razão do advento das redes sociais. No entanto é bastante activo no Twitter onde se consegue afirmar como grande influenciador. Não admite aqui alguma contradição?

É a única rede que uso de forma regular. Faço-o porque me é muito fácil: não gasto mais do que 10 ou 15 minutos por dia a escrever o que quero, com muito pouco esforço. Ter uma coluna num jornal dá muito mais trabalho e penso que hoje já não tem mais impacto. Devo dizer que me questiono permanentemente sobre se devo fazê-lo, mesmo assim.

Considera que o Twitter um irresistível espaço de afirmação do seu espírito guerreiro em termos de ideias?

Penso que é exatamente isso. É uma guerra low cost

em termos de tempo investido e alcance obtido. Mas sei que tem outros custos, pois em Portugal ainda se aprecia muito os “institucionais”, isto é, os que estão sempre próximos de quem manda, seja quem for que mande. Não é o meu feitiço, nem está nos meus genes. Mas sei que tenho perdido pessoalmente, com isso. Felizmente, posso suportá-lo.

Haverá razões de racionalidade económica para preferir as monarquias contemporâneas em relação às repúblicas, como sugerem alguns autores?

Não há, de uma forma geral, evidência empírica de que as monarquias sejam inerentemente mais vantajosas economicamente do que as repúblicas. Na verdade, a questão de se saber se uma monarquia é mais vantajosa depende de muitos fatores, incluindo a história, a cultura, as tradições e as instituições políticas do país em questão. E naturalmente, qual o tipo de monarquia.

Já se nos concentrarmos nas monarquias constitucionais europeias, verificamos que estas têm em geral mais estabilidade, progresso económico e melhor rating na dívida do Estado, embora seja abusivo estabelecer uma relação de causalidade. De qualquer modo, essas monarquias têm maior estabilidade política, já que a sucessão do trono é geralmente previsível e pacífica. Em muitos casos, as monarquias também têm um papel simbólico importante na unidade nacional, o que pode ser benéfico para a estabilidade política e a coesão social.

Como efeito secundário e subsidiário poderemos reconhecer que a instituição monárquica, nalguns casos, é foco de atração de turismo pois as tradições monárquicas podem ser atrativas para turistas interessados na história e cultura do país, o que pode ser benéfico para a economia.

A sua passagem pelo poder contribuiu para aprofundar as suas convicções monárquicas? De que maneira?

Penso que sim, na medida em que tornou claro que em Portugal falta uma noção de continuidade e perenidade do Estado. As políticas são desenhadas a pensar nos efeitos de curto prazo o que é pernicioso e atrasa o nosso desenvolvimento e o prosseguimento do bem comum. É neste sentido que penso que a existência de instituições perenes, em que possamos projetar o passado, o presente e o futuro, poderão

“A intemporalidade da instituição monárquica pode ser uma âncora importante nesse esforço [contra o radicalismo], mas por si só não elimina o caldo de cultura de onde surgem os populistas e o desencanto que lhes dá força.”

contribuir para ter em conta os efeitos a prazo das políticas e a noção de que o progresso nacional é o resultado de um esforço contínuo e continuado de gerações.

Considera as monarquias mais protegidas das tentações de radicalismo no ocidente democrático?

A prática tem-no mostrado, ainda que há contra-exemplos no século XX, como é o caso de Itália. De qualquer modo, os populismos combatem-se trazendo todos para a partilha dos benefícios do desenvolvimento. Claro que a intemporalidade da instituição monárquica pode ser uma âncora importante nesse esforço, mas por si só não elimina o caldo de cultura de onde surgem os populistas e o desencanto que lhes dá força.

Quais os desafios do movimento monárquico em Portugal, num ambiente republicano e igualitarista como aquele em que vivemos?

Continuar a trabalhar para mostrar que modernidade, progresso, democracia, inclusão e monarquia são, não apenas compatíveis, como têm efeitos positivos entre si. Lutar contra os estigmas e o desconhecimento. Este é, talvez, o principal óbice ao desenvolvimento do movimento.

Que estratégia adoptaria para o movimento?

Em linha com a resposta anterior, tentaria levar ao maior número de pessoas possível a ideia de que progresso, monarquia, bem-estar e inclusão são todos elementos compatíveis e relevantes para o futuro de Portugal. Lutaria contra vários estigmas, nomeadamente que monarquia e oligarquia não são sinónimos. Basta olhar à nossa volta para perceber que vivemos numa república onde há direitos sucessórios de facto em universidades, empresas públicas, partidos políticos, etc. A mudança de regime tem de estar sempre associada a mais transparência, mais verdade e mais responsabilidade: algo que vemos nas monarquias constitucionais europeias.

Que papel espera da Família Real Portuguesa no contexto da república vigente?

Exemplo e símbolo da continuidade de Portugal. O que é imenso.



A JUVENTUDE MONÁRQUICA EM ACÇÃO - AS RECENTES INICIATIVAS



O final de 2022 e a transição para 2023 foi um período rico e fértil em termos de acção política na realidade concreta da JMP. Desde a presença no Jantar dos Conjurados ao lançamento das formações internas, da JMP ACTIVA à Assembleia-Geral de Março.

No mês de Novembro, logo no primeiro dia, deu-se o lançamento oficial da JMP ACTIVA, com o estabelecimento de parcerias com a REFOOD-Lumiar, o Apoio à Vida e o Centro Social da Musgueira. Uns dias depois, ocorreu a primeira formação interna da JMP, dada pelo Presidente Sebastião de Sá-Marques, com o título "JMP: Para que serve hoje e que futuro amanhã?". No último dia do mês, a Juventude Monárquica Portuguesa marcou presença no tradicional Jantar dos Conjurados, na Quinta dos Rouxinóis, Malveira, que contou com um discurso do Presidente da JMP. Lançou ainda em conjunto com a Causa Real a Chancela JMP, que permitiu significativos descontos para o Jantar a 40 associados com quotas em dia.

O mês de Dezembro começou com a segunda edição das Conversas sobre Agricultura, na Casa do Brasil, em Santarém, com a participação dos Eng. Eduardo Oliveira e Sousa, Inês Marques Lopes e Filipe Corrêa Figueira. No mesmo mês, o primeiro Presidente da nossa associação, Diogo Tomás Pereira, veio falar sobre "As origens e

os primeiros tempos da JMP", naquela que foi a nossa segunda formação interna. No mesmo dia, saiu o episódio-entrevista do podcast da JMP "A Voz do Reino" com o Presidente da JMP Porto, Guilherme Catita.

O novo ano de 2023 começou com a publicação da Mensagem do Presidente da JMP, Sebastião de Sá-Marques, por ocasião do Dia de Reis, no dia 6 de Janeiro, sendo que, a 1 de Fevereiro, a JMP divulgou e participou na Missa de Sufrágio pelas almas de Sua Majestade Fidelíssima, El-Rei Dom Carlos I, e de Sua Alteza Real, o Príncipe Real Dom Luiz Filipe. No dia 4, deu-se mais uma formação interna, desta vez integrada no 1.º Círculo de Conferências por ocasião das comemorações dos 10 anos da JMP, com o título "A Monarquia em diálogo: o modelo tradicional e o modelo liberal", com a participação dos Profs. Doutores Gonçalo Sampaio e Mello e Aline Gallash-Hall de Beuvink.

Semanas mais tarde, a 5 de Março, aconteceu a terceira edição das Conversas sobre Agricultura, no Auditório da Junta de Freguesia da Régua, no Peso da Régua, organizada pela JMP do Porto, com a participação do Deputado Artur Soveral de Andrade e dos Eng. Rui Soares e João Nápoles de Carvalho e, na semana seguinte, deu-se mais uma formação interna inserida no Círculo dos 10 anos, com o título "Os Valores Monárquicos", que contou com a participação do Secretário-Geral da Causa Real, José Cortez de Lobão. A Assembleia-Geral Ordinária da JMP decorreu no Porto, a 18 de Março, tendo-se discutido importantíssimos temas da actualidade da associação e do movimento.

No dia 29 de Abril, a Juventude Monárquica Portuguesa acompanhou S.A.R., o Duque de Bragança, D. Duarte de Bragança, numa visita aos concelhos da Sertã e de Proença-a-Nova, passando especialmente por Cernache do Bonjardim pelas Comemorações do aniversário da canonização de D. Nuno Álvares Pereira (São Nuno de Santa Maria), numa iniciativa organizada pela Real Associação da Beira Interior em parceria com os executivos camarários. Para além de ter participado em diversos momentos da Romaria, a comitiva,

encabeçada pelo Presidente Sebastião de Sá-Marques e pela Vice-Presidente Maria Inês Moreira, visitou os Paços do Concelho da Sertã, a Câmara Municipal de Proença-a-Nova, o SerQ – Centro de Inovação e Competências da Floresta, a Igreja Matriz de Cernache do Bonjardim, o Seminário das Missões e o Centro de Ciência Viva das Moitas. Esteve ainda presente em duas palestras: no auditório da Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim sobre a vida da São Nuno de Santa Maria, com o historiador José Eduardo Franco, e na Universidade Sénior de Proença-a-Nova com o tema "De Proença-a-Nova ao Serviço do Rei e da Igreja", com o historiador António Manuel Silva.

Na tarde de 4 de Maio, foi organizado um debate, em que se convocaram os jovens monárquicos a responder à pergunta "A monarquia é hoje melhor resposta às necessidades do país?" e, por ocasião da coroação do rei Carlos III do Reino Unido, Sebastião de Sá-Marques, Presidente da JMP, esteve na CNN Portugal, tendo ainda contribuído para o artigo "E se Portugal voltasse a ser uma monarquia? Não seríamos os primeiros a abrir mão da república", publicado no portal Sapo 24.

As Locais de Lisboa e Porto têm continuado o seu bom trabalho, sendo que a JMP Lisboa visitou o Palácio da Ajuda, o Museu dos Coches e o Museu de Lisboa, organizou um jantar de Natal e deu continuidade às ImpeReais, nomeadamente, nos quiosques ao lado do ISEG e do Museu de Lisboa, tendo ainda assistido em conjunto à coroação de Carlos III. Por sua vez, a JMP Porto organizou uma arruada monárquica pela Rua de Santa Catarina, a visita guiada à Casa-Museu Fernando de Castro, a visita guiada histórica pelo Porto e, em conjunto com a coordenação de Trás-os-Montes e Alto Douro, a 3ª Conversa sobre a Agricultura na Régua com o tema "Política Agrícola Duriense e o Futuro da Casa do Douro". Para além disto, a JMP Porto marcou presença em inúmeros eventos como o Almoço de Reis, o Jantar de Conjurados e de aniversário da Real Associação do Porto e, mais recentemente, no Congresso da Causa Real em Chaves.





Actividades da Real Associação de Lisboa

O Primeiro Jantar de Reis

Decorreu no dia 6 de Janeiro o I Jantar de Reis, evento que a Real Associação de Lisboa (RAL) pretende instituir anualmente como um encontro de convívio e informalidade entre associados e amigos, apadrinhado por SAR o Príncipe da Beira. Com a sala cheia, num restaurante típico da velha Lisboa, neste primeiro jantar a direcção da RAL decidiu homenagear Dom Vasco Telles da Gama, antigo presidente desta associação que ajudou a fundar, e onde ao longo de mais de 30 anos cumpriu generosamente diferentes funções. De notar que Dom Vasco Telles da Gama, associado número oito, foi o inspirador deste encontro anual que durante décadas decorreu sob a sua iniciativa particular, e que a partir deste ano passa a constar no calendário anual de eventos da RAL.



Conversas Reais com Rodrigo Moita de Deus

Sabia que um terço das línguas vai desaparecer nas próximas décadas e o português pode ser uma delas? Esta foi a provocação lançada por Rodrigo Moita de Deus, o convidado de mais uma inesquecível sessão do Jantar Tertúlia Conversas Reais, que animou os convivas no passado dia 4 de Maio no Restaurante "Cantinho da Amizade" em Lisboa. Definindo-se a si próprio como um "social marialva, monárquico não praticante e activista militante", Rodrigo Moita de Deus é um polemista reputado, emergido do tempo áureo dos blogues, que se celebrou com o hastear de uma bandeira portuguesa da monarquia na varanda da Câmara Municipal de Lisboa.



Conversas Reais com Alberto Miranda

Decorreu no passado dia 10 de Março, no Restaurante Faca e Garfo mais uma edição dos Jantares Tertúlia Conversas Reais, que teve como convidado especial Alberto Miranda, autor do livro "As Dez Monarquias da Europa". Após uma detalhada exposição do jornalista sobre os regimes desses países e as famílias Reais que os protagonizam, decorreu um vivo debate entre os comensais.

Monárquicos visitam Museu de Marinha

Decorreu no sábado dia 15 de Abril de manhã, mais uma sessão dos Roteiros Reais da Real Associação de Lisboa, uma concorrida visita ao Museu de Marinha, brilhantemente apresentada pelo nosso associado Comte. José Rocha e Abreu, em que foram desvendados os segredos desta riquíssima colecção, cheia de referências aos tempos áureos da monarquia portuguesa e às aventuras marítimas do povo português.



Visita ao Picadeiro Real e Museu dos Coches

Com as inscrições lotadas, decorreu no sábado dia 11 de Fevereiro de manhã, mais uma sessão dos Roteiros Reais da Real Associação de Lisboa (RAL), desta feita ao Picadeiro Real e ao Museu dos Coches. Nesta visita guiada pela Conservadora Maria Ana Bobone, ficámos a conhecer os segredos deste Museu, fundado pela Rainha D. Amélia.





Actividades da Real Associação do Porto

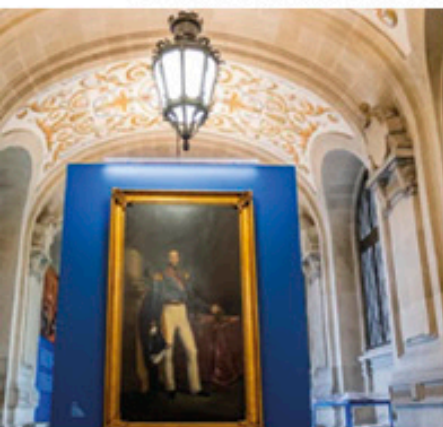
A Real Associação do Porto, nesta primeira metade do ano de 2023, manteve a sua actividade, de acordo com o Programa de Actividades 2021-2023 definido na eleição da actual Direcção, actualizado e ratificado nas Assembleias Gerais Ordinárias entretanto realizadas.

Promover as Conversas REAIS, nas quais se debatem, com convidados externos, temas do interesse da sociedade que sejam actuais e em discussão pública, impulsionar Eventos das mais distintas características e acompanhar a Família Real nas visitas feitas ao Porto neste período, constituíram linhas de força da nossa acção.

Assim, em 20 de Janeiro, participámos no Ano Novo Chinês, o ano do Coelho, acompanhando SSAARR o Senhor Duque de Bragança e o Senhor Príncipe da Beira, assistindo à celebração no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto, estando presentes no jantar e, à noite, no espectáculo cultural que se integrava esta comemoração organizada pela Embaixada Chinesa, pela Comunidade Chinesa radicada em Portugal e pelo Município do Porto. Tornou-se evidente a grande simpatia que a comunidade chinesa nutre por SAR o Senhor Duque de Bragança, relevando uma história conjunta de muitos séculos e a distinção que foi dada pela autarquia do Porto à sua presença.



Neste mesmo dia, a convite e guiados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira, tivemos oportunidade de acompanhar o Senhor Dom Duarte na visita que efectuou à exposição "D. Pedro, a Independência do Brasil e o Porto", então patente no Átrio dos Passos do Concelho. A convite do Município, a Real Associação do Porto voltaria à exposição e far-se-ia representar no dia 29 de Março, data de apresentação do seu Catálogo.



A 21 de Janeiro, numa organização conjunta com a Real Associação de Braga, a Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Real Associação de Viana do Castelo, realizou-se o Almoço de Reis; assumidamente um projecto para ter continuidade, desta vez realizado em Braga, num belo dia de sol, na Casa de Infias.

Neste evento, estiveram presentes SSAARR o Duque de Bragança e o Príncipe da Beira, que se destacaria como dos principais entusiastas deste projecto.

Como é hábito da Real Associação do Porto, nos dias 1 de Fevereiro e 14 de Fevereiro, foram celebradas Missas pelas Almas de SM o Rei Dom Carlos e de SAR o Príncipe Dom Luís Filipe assassinados no fatídico regicídio, e por alma de SA Dom Henrique de Bragança, Duque de Coimbra, na celebração do 6º ano da sua morte.

Em 7 de Março, acompanhámos SAR o Duque de Bragança, Membro Fundador e Presidente de Honra do Prémio Infante Dom Henrique, versão portuguesa do The Duke of Edinburgh's Award, na atribuição de prémios que ocorreu no Oporto British School, onde diversos jovens, portugueses e de outras nacionalidades, residentes no Porto, foram agraciados pelos relevantes trabalhos realizados e dedicados à comunidade.

A recepção ao Senhor Dom Duarte pelas mais de 50 pessoas presentes foi muito gratificante e deu a perceber o reconhecimento que Sua Alteza Real tem na sociedade portuguesa e estrangeira do Porto.

Finalmente, no passado dia 5 de Maio, realizaram-se mais umas Conversas REAIS, desta feita sobre o tema da Habitação, tão em voga hoje em Portugal e tão preocupante face aos constrangimentos que afectam os mais desfavorecidos, mas também agora, os jovens e a dita classe média.

Foram oradores o Senhor Arquitecto Pedro Baganha, Vereador do Município do Porto com os Pelouros do Urbanismo e Espaço Público e Habitação, e o Professor Miguel Branco-Teixeira, da Universidade Fernando Pessoa e da Faculdade de Engenharia do Porto.

Tratou-se de um debate muito interessado e participado pelos 25 assistentes presentes, associados e não associados da Real Associação do Porto, e que se iniciou com um jantar volante de convívio e recepção. Mais um evento que nos traz a vontade de insistir periodicamente nas Conversas REAIS.





REAL ASSOCIAÇÃO
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

ELEGE CORPOS SOCIAIS PARA O TRIÉNIO 2023-2025

No passado dia 2 de Abril de 2023, a RATMAD realizou em Mirandela a sua Assembleia-Geral electiva de onde saiu a nova equipa a liderar os seus destinos para o triénio 2023-2025. A nova equipa conta com elementos da anterior Direcção e outros novos elementos, sendo o presidente da Direcção Francisco Marques, que têm pela frente três anos de trabalho na persecução do objetivo de continuar o bom trabalho da Direcção anterior e de fazer ainda mais pela nossa nobre causa.

DIREÇÃO NACIONAL

Presidente

Francisco José Mendes Marques

Vice-Presidente

Mário Joaquim Mendonça de Abreu Lima

Secretário

Sofia Tenreiro Ataíde da Costa Gomes

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Francisco José Mendes Marques

Vice-Presidente

João de Oliveira Nápoles de Carvalho

Secretário Geral

Jorge Nuno Correia de Magalhães Mendonça Pimentel

Tesoureiro

Rosa Maria Lobo Morais Sarmento de Campos

Vogal

João Baptista de Castro Girão de Azeredo Leme

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho Fiscal

Rui Jorge da Silva Costa

Vogal

Nuno de Sampaio e Melo Rapazote

Vogal

João Bettencourt Cyrne Pacheco

CONGRESSO EM CHAVES

Foi com muita honra e sentido de responsabilidade que a Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro aceitou acolher o XXVII Congresso da Causa Real na cidade de Chaves.

Aconteceu no último dia de Abril num fim-de-semana prolongado de sol, dia em que acolhemos os congressistas e as suas famílias na nossa cidade, para quem preparámos um conjunto de actividades turístico-culturais e gastronómicas para dar a conhecer todas as maravilhas que a nossa cidade tem para oferecer, como o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, da autoria do arquitecto Siza Vieira e outras maravilhas como o recente Museu das Termas Romanas, único no mundo pelas suas valências e características, a ponte romana mais antiga de Portugal, o castelo e a sua torre de menagem e o centro histórico medieval.

Para o congresso, que decorreu no auditório do Centro Cultural de Chaves e que foi divulgado por vários órgãos de comunicação social, contámos com delegados e observadores de Reais Associações de todo o Portugal continental e ilhas, foi ocasião de ver discutidas todas as questões prementes para o nosso movimento, face à conjuntura que o país atravessa.

Foi um prazer e cá esperamos recebê-los brevemente de volta ao nosso "Reino Maravilhoso de Trás-os-Montes", como muito bem dizia Miguel Torga.

Francisco Marques

Presidente da Direcção da RATMAD





REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

JANTAR DOS CONJURADOS

No dia 30 de Novembro de 2022, as Reais Associações de Braga e de Viana do Castelo organizaram, em Arcos de Valdevez, na Estação Vitivinícola Amândio Galhano, o tradicional Jantar dos Conjurados, no qual o Prof. Doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos, professor de Direito Constitucional na Escola de Direito da Universidade do Minho, proferiu uma intervenção sobre o tema "Da Autodeterminação à Independência Nacional – o Jantar dos Conjurados".

ALMOÇO DE REIS

A Real Associação de Braga, em conjunto com as Reais Associações do Porto, Viana do Castelo e de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizaram no dia 21 de Janeiro, na Casa de Valle Flores (Casa de Infias) em Braga, um almoço de Reis com a presença de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, e de S.A.R. o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira.

A ementa foi confeccionada pelo Chefe Hélio Loureiro. A animação esteve a cargo do cantor Daniel Fernandes (terceiro lugar no The Voice Portugal), finalizando com uma belíssima actuação da Rusga de São Vicente – Braga, com um cancionário tradicional de rusgas minhotas.

Contando com mais de cem participantes, acompanhou todo o evento o Sr. Presidente da Junta de São Vicente – Braga, o Arq. Daniel Pinto, tendo convidado SS.AA.RR. para realizar uma visita à igreja de São Vicente, próxima da casa de Valle Flores, onde decorria a festa em honra do santo padroeiro desta freguesia, São Vicente.

O pároco da freguesia, padre Rui Sousa, convidou SS.AA.RR. a, cada qual, assinar uma telha que será colocada no telhado da igreja, simbolizando o seu apoio à recuperação desta tão bela igreja da Cidade de Braga, em estilo barroco e profusamente decorada a azulejos, que representam a história e o martírio do santo.



MISSA DE SUFRÁGIO

No passado dia 01 de Fevereiro, por ocasião do 115º aniversário do Regicídio, a Real Associação de Braga solicitou a celebração, na Sé Primaz de Braga, de uma Missa em sufrágio pelas almas de S.M. o Senhor Dom Carlos I e de S.A.R. o Príncipe Dom Luís Filipe.



REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

VISITA DO SENHOR DOM DUARTE DE BRAGANÇA – SERTÃO, CERNACHE DO BONJARDIM E PROENÇA-A-NOVA 29 E 30 DE ABRIL DE 2023

Durante dois dias do final de Abril, a Real Associação da Beira Interior (RABI) pôde acompanhar o Senhor Dom Duarte em visita à Beira, na sequência de um longo trabalho preparatório.

29 de Abril

No dia 29 de Abril de 2023, pelas 11:45 horas, o Senhor Dom Duarte Bragança visitou o Centro de Inovação e Competências da Floresta (SERQ) na Sertão, acompanhado pela comitiva da RABI, sendo recebido pelas seguintes individualidades: a responsável do SERQ, Sofia Knapic, o vice-presidente da Câmara Municipal da Sertão, Rui Antunes, a vereadora da Câmara Municipal da Sertão, Cristina Reis Nunes, e a presidente da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais, Maria João Ribeiro. Seguiu-se uma explicação verbal e apresentação do espaço do SERQ por parte de Sofia Knapic.



Seguiu-se um almoço no restaurante "Ponte Velha" na Sertão com o Senhor Dom Duarte e a comitiva da Real Associação da Beira Interior: Elisa Vasconcelos e Sousa, Luís Duque-Vieira, Rui Mateus, Maria Leonor Trigueiros de Aragão, Maria Inês Fraústo Moreira, Sebastião Sá-Marques, Diogo Cassiano Branco, José Barata de Castilho e Alfredo Miranda.

No Auditório da Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim, decorreu, à tarde, uma palestra sobre Dom Nuno Álvares Pereira, tendo sido orador o historiador José Eduardo Franco. Estiveram presentes o Senhor Dom Duarte, a comitiva da Real Associação da Beira Interior, o presidente da Câmara Municipal da Sertão, Carlos Miranda, a vereação da Câmara Municipal da Sertão, a presidente da União de Freguesias de Cernache do



Bonjardim, Nespéral e Palhais e uma vasta assistência.

Finda a palestra, Sua Alteza Real Dom Duarte, a comitiva da RABI, o presidente e vereadores da Câmara Municipal visitaram a Igreja Matriz de Cernache do Bonjardim, guiados por Dora Vitória.

Pelas 18 horas, sua Alteza Real e a comitiva da RABI



foram recebidos na Câmara Municipal da Sertã, pelo presidente da Câmara Municipal da Sertã, pela vereação da Câmara Municipal da Sertã e pelo presidente da Assembleia Municipal da Sertã.

O dia terminaria com um jantar no Seminário de Cernache do Bonjardim, registando-se as presenças de parte da comitiva da RABI, do presidente da Câmara Municipal da Sertã, do presidente da Assembleia Municipal, da vereação da Câmara Municipal da Sertã bem como da presidente da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais.

30 de Abril

Pelas 10:30 horas, o presidente da Câmara Municipal da Sertã, Carlos Miranda e o Senhor Dom Duarte depositaram uma coroa de flores junto à estátua de Dom Nuno Álvares Pereira, acompanhados pelo som da banda filarmónica. Finda a homenagem, seguir-se-ia um cortejo pelas artérias da vila de Cernache do Bonjardim, no qual participaram a comitiva da RABI, os vereadores da Câmara Municipal da Sertã, a presidente da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais, várias associações e confrarias bem como a população em geral. Tudo culminaria na celebração da Eucaristia na Igreja do Seminário de Cernache do Bonjardim.

Depois dos referidos eventos em Cernache do Bonjardim, iniciar-se-ia a visita do Senhor Dom Duarte e da comitiva da RABI à Câmara Municipal de Proença-a-Nova, onde foram recebidos pelo presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, João Lobo, e pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, João Manso.

A visita seguir-se-ia um almoço no restaurante "A Tasca", com o Senhor Dom Duarte, o vice-presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, João Manso, o historiador António Manuel Silva e a comitiva da RABI.

Na Universidade Sénior de Proença-a-Nova decorreria, à tarde, uma palestra intitulada "De Proença-a-Nova ao Serviço do Rei e da Igreja", proferida pelo historiador

António Manuel Silva.

A última etapa destes dois dias terminaria no Centro de Ciência Viva em Moitas (Proença-a-Nova). Sua Alteza Real, a comitiva da RABI, o presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova foram recebidos pelos coordenadores desta instituição: Edite Fernandes e Nuno Pequeto.

Actividades diversas

Entre os dias 12 de Outubro de 2022 e 07 de Maio de 2023, realizaram-se 20 palestras (sendo 3 das palestras, as Aulas VI, VII e VIII do Poeta António Salvado) e uma Exposição temática sobre Igrejas Antigas de Angola (uma organização conjunta entre a Real Associação da Beira Interior e os Reverendos Padres Redentoristas de Castelo Branco, onde colaboram o Jaime Maguejo e o Padre Joaquim Eugénio).

17 Palestras abordaram diversos temas: Pedra Turquesa e a Serra da Argemela (Alcains / Tom Hamilton); Já Leram a Poesia das Mulheres Poetas dos Séculos XV, XVI e XVII (Castelo Branco / António Salvado); Portugal na Expansão Ultramarina (Orca / Joaquim Candeias da Silva); Já Leram a Poesia das Mulheres Poetas do Século XVIII (Castelo Branco / António Salvado); A Cultura Celta na Beira Baixa (Louriçal do Campo / Tom Hamilton); Natal Pagão e Natal Cristão (Ninho do Açor / Florentino Vicente Beirão, Tom Hamilton e Solange Sousa Branco); Leitura de Poemas de Natal de António Salvado (Castelo Branco); Natal e suas Festas e Divindades (Alcains / Luís Duque-Vieira); António Ribeiro Sanches (Penamacor / Francisco Abreu); Nossa Senhora da Ajuda (Monforte da Beira / Florentino Vicente Beirão); A Evolução da Bandeira Nacional e outras Bandeiras Históricas (Alcains / Rui Mateus); João Pinto dos Santos Político do Século XIX (Donas / Hermínio Esteves); Para que serve a Biblioteca Pública na Comunidade (Alcains / Paulo Samuel); Ordem dos Templários (Castelo Novo / Hermínio Esteves e André Gonçalves); Genealogia das Gentes da Lousa (Lousa / António Graça Pereira); São Bernardo de Claraval (Alcains / Carlos Branco Gomes); Proença-a-Nova ao Serviço do Rei e da Igreja (Proença-a-Nova / António Manuel Silva) e A Evolução da Bandeira Nacional e outras Bandeiras Históricas (Tortosendo /





REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA LITORAL

Festa de Sta. Joana Princesa

No passado dia 12 de Maio, SSAARR os Duques de Bragança estiveram presentes nas celebrações da Festa de Santa Joana (Santa Joana Princesa), padroeira de Aveiro, Beata reconhecida pela Igreja Católica, insigne figura histórica da família real portuguesa (1452-1490).

As festividades principiaram, pelas 9:15 horas, na Igreja de Jesus-Museu de Aveiro, com o compromisso de vários "cavaleiros" e "aias" e a investidura de alguns "irmãos" da Irmandade de Santa Joana Princesa, responsável pela organização das celebrações. Às 10 horas, na Sé de Aveiro, teve lugar a eucaristia, finda a qual houve romagem ao túmulo de Santa Joana.

O evento contou com a presença das mais altas individualidades locais (Bispo de Aveiro; presidente da Câmara Municipal de Aveiro), tendo sido devidamente acompanhado pela Real Associação da Beira Litoral.





CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

XXVII CONGRESSO DA CAUSA REAL

No passado dia 30 de abril, teve lugar, em Chaves, o XXVII Congresso da Causa Real.

Na véspera (sábado, 29 de Abril), os congressistas e seus acompanhantes foram brindados com uma tarde rica de atividades, pensada e organizada pela Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro, não só como introdução à Chaves histórica mas também às suas dinâmicas contemporâneas.

Os trabalhos do Congresso (domingo, 30 de Abril) decorreram no auditório do Centro Cultural de Chaves (anexo à antiga estação de caminho-de-ferro), com 250 lugares, gentilmente cedido pela Câmara Municipal, por solicitação RATMAD.

Pelo seu significado político, destacou-se o momento final do Congresso: um debate, eminentemente “voltado para fora”, sobre o procedimento de revisão constitucional em curso. Participaram no evento os constitucionalistas Paulo Otero (professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) e Luís Meneses do Vale (professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). O professor Paulo Otero, num testemunho a registar para memória futura, sustentou a legitimidade da aplicação da chamada tese da dupla revisão numa eventual superação democrática da «cláusula pétrea» constante da alínea b) do artigo 288.º (impondo a «forma republicana de governo»); quis ainda sublinhar a influência da tradição monárquica portuguesa na definição do perfil da atual chefatura do Estado. O professor Meneses do Vale, por seu turno, procurou mostrar o princípio republicano como princípio constitucional estruturante, de abrangentes consequências. O académico de Coimbra não deixou, porém, de defender a presença no espaço público da Causa Real (dado o não cancelável passado do País) e elogiar a tolerante disponibilidade do movimento monárquico para ouvir o outro e as suas razões.



Mais notícias da Causa Real

No final do ano, a título de visão programática para 2023, emitiu-se a mensagem «A Causa Real e o Futuro de Portugal». «É tempo – sugeriu-se então – de o País acertar o passo com os seus desígnios e dos Portugueses poderem escolher, democrática e livremente, o modelo da Monarquia Constitucional com o Rei como Chefe de Estado, moderador e garante da unidade na pluralidade, da nacionalidade na universalidade e de probidade no descaminho».

Em 23.01.23, a Causa Real deu nota pública da sua «apreciação da situação política do País». Aí se deu a conhecer que «a Causa Real decidiu solicitar audição à Comissão da Assembleia da República para a Revisão Constitucional, a fim de levar junto dos Senhores Deputados as posições que tem vindo a manifestar sobre matéria, de suma importância para o ordenamento político-constitucional do País, assim procurando contribuir para mais pluralidade e mais discernimento num debate que não pode passar ao lado da Causa Real e do Povo Português.»

Em 08.03.23, a Causa Real divulgou, nas redes sociais, uma «reflexão sobre a problemática da habitação em Portugal», a qual seria muito elogiada. «Nesta como noutras áreas, também a visão da Causa Real se foca, sem espírito partidário, nos valores e interesses permanentes de Portugal e dos Portugueses, cuja garantia última passa pela instituição real.»

Finalmente, em 04.05.23, foi tempo de deixar uma mensagem «Ao Povo Português». Aí se proclamou: «É hora de os Portugueses serem chamados a dizer que destino querem dar ao País, se uma transição democrática para uma IV República, ou se uma transição democrática para a Monarquia Constitucional.»

O Presidente da Direcção da Causa teve oportunidade, a propósito da realização do Congresso Monárquico bem como aquando da coroação do novo monarca britânico, de ecoar na comunicação social de massas a alternativa Real.

Daqui e Dali

“Uma coisa, porém, temos como certa. É que as probabilidades de despotismo em regime republicano excedem muito as das tiranias monárquicas, como a própria realidade contemporânea o demonstra. Por carência de meios impeditivos nas formas republicanas ou por inata predisposição destas?”

Mário Saraiva

Notícias

Ano Novo Chinês

Para celebrar o Ano Novo Chinês, ano do Coelho, organizado pela Embaixada da China, com a co-organização das Associações dos Chineses em Portugal e com o apoio da Câmara Municipal do Porto, o Senhor Dom Duarte de Bragança e o Senhor Dom Afonso deslocaram-se ao Porto no dia 20 de Janeiro para assistir e participar no notável acontecimento cultural. O programa iniciou-se com a Dança do Dragão, seguido de cocktail na Câmara Municipal, finalizando com um espectáculo no Teatro do Campo Alegre.

SAR apresentou a obra "Tour of Africa"

Durante uma conferência seguida de almoço organizado pela British Society no dia 28 de Janeiro, o Senhor Dom Duarte apresentou a obra "Tour of Africa", editada pela Fundação Dom Manuel II e da autoria do Príncipe Dom Luís de Orleans e Bragança, tio de S.A.R., Dona Maria Francisca de Bragança, Duquesa de Bragança. Este livro já tinha sido anteriormente apresentado no Museu Militar de Lisboa, devido ao seu grande interesse histórico. O autor acompanhou por vários meses as forças armadas das repúblicas Boers, que lutaram contra o Império Britânico na preservação da sua liberdade.



© Nuno de Albuquerque

Lançamento

A apresentação do livro "POLÍTICAS LOCAIS DE HABITAÇÃO", do qual o Senhor Arq^{te} Paulo Valença é co-autor, ocorreu na Ordem dos Engenheiros no dia 2 de Fevereiro e contou com a presença do Senhor Dom Duarte de Bragança. Trata-se de uma análise do sector da Habitação como "um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual se constroem as condições para aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego.



Iniciativa Lisboa-Dusseldorf

O Professor Doutor Edmund Sphor e o Dr. Carlos Quintas, ambos Mecenass da Iniciativa Lisboa-Dusseldorf, organizaram uma palestra seguida de jantar no dia 10 de Fevereiro, que contou com a presença de SAR o Duque de Bragança, para apresentação das novas publicações editadas pela Iniciativa Lisboa-Dusseldorf, sobre a Rainha Dona Estefânia e sobre as Obras do Jardim do Alentejo.

Um projecto é apoiado pela Fundação Dom Manuel II

A criação de um museu em Jerusalém que perpetuasse a dimensão cristã dessa Cidade Santa era uma velha ambição da Custódia da Terra Santa. Faltava meter mãos à obra e realizar o projecto de construção de um museu único, de grande escala internacional que apresentasse as raízes do cristianismo e o Tesouro do Santo Sepulcro. O local escolhido situa-se no Convento de São Salvador, no coração da Cidade Velha, muito perto da Basílica do Santo Sepulcro, e as obras para a instalação da secção do Tesouro do Santo Sepulcro ainda aguardam o

financiamento de benfeitores. O projecto acolherá colecções raras de pintura, escultura, mobiliário e peças litúrgicas de incalculável valor e beleza, como cálices, casulas, candelabros, peças de ourivesaria em ouro maciço, cruz processional, entre outras. Prevê-se que o número de visitantes ultrapasse os 150.000 por ano. Este projecto é apoiado, em Portugal, pela Fundação Dom Manuel II.



Bacia de prata lava-pés, oferecida por El-Rei Dom Pedro II à Terra Santa, uma das peças que ficará exposta na Sala de Portugal

Duques de Bragança marcaram presença na estreia do redescoberto Requiem de Marcos Portugal (1762 – 1830)

Em março de 1808, como resultado da invasão napoleónica, a Família Real Portuguesa refugiou-se no Brasil. Três anos mais tarde, em 1811, chega também a Terra de Vera Cruz o compositor Marcos Portugal, a pedido do Príncipe Regente D. João, sendo recebido como uma celebridade e nomeado compositor oficial da Corte e Mestre de Música de Suas Altezas Reais, os Infantes. Com a morte de D. Maria I, no dia 20 de março de 1816, à época Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Marcos Portugal compõe a Missa de Requiem para as suas exéquias que ocorreram no Brasil. Após a sua transladação houve sempre a vontade de puder vir a ter esta obra tocada em Portugal. Só que, inexplicavelmente, a obra perdeu-se. E durante os últimos duzentos anos, assim permaneceu. Há cerca de 10 anos atrás, a obra reapareceu no Rio de Janeiro. Assim, a Junta de Freguesia de Estrela marcou a estreia absoluta desta obra em Portugal no dia 20 de Março, interpretada pela Orquestra Filarmónica Portuguesa, o Coro Sinfónico Lisboa Cantat e quatro importantes solistas, sob a direcção do Maestro Osvaldo Ferreira. Os Senhores Duques de Bragança marcaram presença neste importante acontecimento.



400 anos da Morte de William Byrd

No dia 18 de Abril, dia Internacional dos Monumentos e Sítios os Senhores Duques de Bragança assistiram ao Concerto "Celebração dos 400 Anos da Morte de William Byrd" pelo Nova Era Vocal Ensemble, que se realizou no Mosteiro dos Jerónimos.

Recepções

No primeiro semestre deste ano o Senhor Dom Duarte esteve em várias recepções, almoços e jantares, a convite de alguns Embaixadores em Portugal, nomeadamente de Israel, da Holanda, do Japão e do Iraque.

Associação de Damas e Cavaleiros da Casa Real Portuguesa EUA ajuda Ucrânia e Memorial da Irmã Lúcia

Angariados mais de 150.000 para os desalojados pela guerra

Oficialmente criada nos Estados Unidos da América como uma Obra de Caridade sem Fins Lucrativos 501 3C, a Associação Damas e Cavaleiros da Casa Real Portuguesa tem vindo a organizar peregrinações, palestras, publicações e campanhas de angariação de fundos para várias causas em parceria com as Ordens Dinásticas da Casa Real Portuguesa e algumas Fundações Protocolares, tal como a Fundação D. Manuel II.

A Associação organiza este ano três Peregrinações para Damas e Cavaleiros das Ordens Dinásticas da Casa Real Portuguesa; ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima em Portugal, ao de Nova Jersey, EUA, ao de Lourdes e ao de Santiago de Compostela.

Esta Associação já angariou mais de 150.000 Euros para socorro dos desalojados pela guerra apoiados pela Real Irmandade da Ordem de São Miguel da Ala, da Ucrânia, e está a financiar o apoio legal para a criação, registo e defesa de marcas e patentes da Real Irmandade da Ordem de São Miguel da Ala da Arquidiocese de Évora.

O apoio ao Protocolo Irmã Lúcia para a criação do Arquivo que irá preservar o espólio e escritos da última testemunha das aparições de Nossa Senhora do Rosário em Fátima prevê um conjunto de ações que visem valorizar, conservar, estudar e divulgar o Património Histórico Religioso e Cultural e a Promoção Turística, e em particular, ações ligadas à memória da Irmã Lúcia de Jesus e do Imaculado Coração OMD, e ao Memorial e Arquivo da Irmã Lúcia no Carmelo de Coimbra.

O Protocolo prevê também a conservação do património, na realização de exposições permanentes, temporárias, temáticas ou aniversárias, e ainda, a edição de publicações e material de divulgação, que inclui desde já a tradução para língua inglesa da revista *Memoriae*, assim como demais publicações necessárias ao funcionamento e divulgação do Memorial e Arquivo da Irmã Lúcia.

Exposições, palestras, conferências e edições de outros trabalhos estão a ser projectados de acordo com o "Protocolo Irmã Lúcia" para a promoção do turismo religioso e com o incentivo de atrair peregrinos e estudiosos de Fátima ao Memorial para apoio do Carmelo de Santa Teresa de Coimbra.

Os Parceiros Protocolares da Associação também já conseguiram angariar o patrocínio total das estantes de arquivo e prateleiras no valor de 100 mil Euros, já instaladas no novo edifício do Arquivo Irmã Lúcia. Estas estantes museológicas estão equipadas não só para conservar documentos, como também objectos pertencentes à Vidente de Fátima e trabalhos manuais feitos pela mesma.

Numa reunião com a Madre Priora do Carmelo, os moderadores do Protocolo reuniram com o Tenente Coronel Stephen Michael Cortes-Besinaiz, o coordenador da Associação nos Estados Unidos, juntamente com o recém falecido vice-coordenador, Coronel John Thoma e o secretário e contabilista Hung Quoc Nguyen. Para além dos Benfeitores e Voluntários já referidos, são Parceiros Protocolares do Projecto os mecenas; Theodore Howard Jacobsen, Christopher Andrew Campbell Martins St Victor-de Pinho, Michael David Witter, Scott Wallace Stucky e Will Roseman.

Comunicado

Suas Altezas Reais os Duques de Bragança têm o prazer de anunciar que o casamento da sua filha, Sua Alteza a Infanta D. Maria Francisca de Bragança, Duquesa de Coimbra, com o Senhor Duarte de Sousa Araújo Martins se vai realizar no próximo dia 7 de Outubro no Mosteiro dos Jerónimos. O casamento será presidido por S.E.R. o Senhor Cardeal D. Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa.

O casamento será seguido de uma recepção nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos.

Sua Alteza e o Senhor Duarte de Sousa Araújo Martins ficaram noivos em Timor, no início de Dezembro de 2022.

Sintra, 19 de Maio de 2023



Título: Monarquia: história, doutrinas e heranças

Autor: Carlos Maria Bobone

Edição: Publicações Dom Quixote

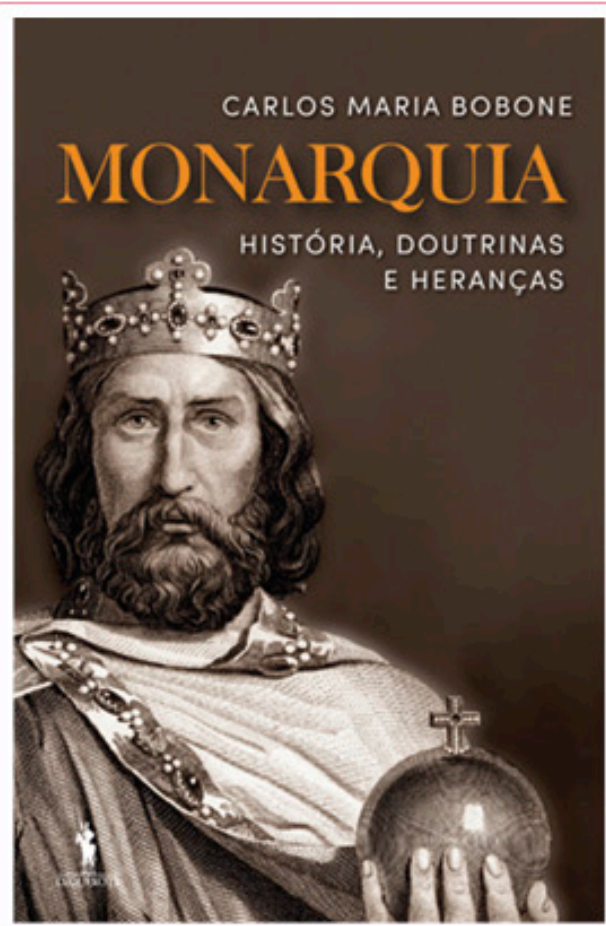
Páginas: 372 pp

A Monarquia em debate

Carlos Maria Bobone tem apenas 30 anos e o facto de ter dedicado considerável tempo ao estudo e redacção deste livro vem também mostrar-nos quão fascinante e complexa a ideia de Monarquia pode ser. O autor, que é sem qualquer dúvida um jovem intelectual em clara afirmação, recua às civilizações ditas primitivas e à antiguidade clássica para identificar os fundamentos dessa ordem social, dali seguindo as variadas decantações que até hoje as figuras do Rei e do Povo tiveram em dois milénios de história política (melhor dito: de história da filosofia política), para finalmente equacionar o devir dos regimes monárquicos tal como os conhecemos. *Doutrinas e heranças* — no título — aparece no plural precisamente para abarcar a pluralidade dos registos e interpretações que o seu argumentário sobre «as variações históricas de uma ideia» (sic; p. 345) vai perfilando ao longo deste trabalho escrito com surpreendente maturidade literária e aguda desenvoltura crítica.

Não é certamente monárquico, mas isso não impede Carlos Maria Bobone de se interessar tão profundamente pelo «curioso caso de estudo» (sic) que é a história da monarquia, ou das monarquias, enquanto instituição e representação política e também como legitimidade simbólica; e tão-pouco se deixa capturar pelo estorvo de qualquer espartilho jacobinista ou afim. «A verdade é que a História nos mostrou a extraordinária capacidade dos regimes monárquicos para absorverem as ideias filosóficas mais distintas a respeito dos governos. Daí que seja importante perceber o que é que, depois de tantos abalos, provocou de facto a queda das monarquias» (p. 11). E no fim da Introdução: «Não é este livro exactamente uma história de uma ideia, nem uma clarificação filosófica ou política dessa mesma ideia. É a desconstrução de um modo de governo e de uma sociedade nos vários elementos que a formam e que, segundo nos parece, levam também a uma percepção mais clara daquilo que é o Homem e daquilo que ele espera da sociedade e da política» (p. 19).

O livro está estruturado em três partes, que Bobone não titulou mas correspondem grosso modo a 1) a monarquia, das sociedades primitivas à Idade Média; 2) revolução francesa e revolução norte-americana e sua repercussão na instituição monárquica, avaliada a partir das obras de Jean Bodin, Jacques Bénigne Bossuet e Montesquieu; e 3) tudo o que se lhes seguiu em consequência, no comentário directo e diferenciado ao pensamento de Joseph de Maistre, Juan Donoso Cortés, Edmund Burke, Louis de Bonald, Benjamin Constant, até chegar a Carl Schmitt, Maurice Barrès e Charles Maurras. (O capítulo «Representação e simpatia» (pp. 335-43), que fecha a terceira parte, com a sua abordagem distinta dos precedentes, podia ter constituído uma



quarta e última parte, apesar de muito mais breve que as anteriores.)

A bibliografia citada é, à excepção de uma dúzia de títulos portugueses, e dos clássicos gregos e romanos, toda ela inglesa, francesa, espanhola e norte-americana, exibindo a amplitude do campo do debate de ideias em que o autor se colocou e, ao mesmo tempo, digamos assim, a nossa irrelevância teórica acerca destas matérias. O «caso português», com as suas originalidades, também não lhe merece mais que referências muito ocasionais e sem relevo, o que se compreende e aceita atendendo ao foco do livro, que também se distancia do protagonismo de monarcas

“A convicção de que a ideia monárquica se infiltrou em todas as grandes doutrinas políticas modernas é a chave da terceira e última parte do livro.”

carismáticos e inovadores na história europeia ou ocidental.

Em contrapartida, a resenha antropológica, de Eliade a Graeber e Lévi-Strauss, além de outros (atente-se ao capítulo «Monarquias sagradas e sacrifícios»), acode aqui e ali, trazendo contributos em geral ignorados pela bibliografia deste tema. A revisitação da civilização romana também permite a Bobone concluir que a República, «um dos orgulhos dos cidadãos romanos» (p. 87), «nunca deixa de escorar a sua jurisprudência na tradição dos reis, nem de representar o período monárquico como o tempo da grande pureza romana»

(p. 86). «Os primeiros reis — quase sublinha — são governantes extraordinários, justos e aguerridos, que dotam Roma de uma força e de um destino singulares» (p. 89), o que explicaria que, no século XIX, quando «parecia que um sopro bastava para derrubar as monarquias europeias, [...] em Roma passava-se o contrário» (p. 87). «Desde a fundação nos parece haver no espírito romano um fundo monárquico que a república nunca tapou completamente» (p. 94). E ainda: «A república [nos seus últimos anos] prova a sua permeabilidade à tirania, pelo que o poder de um homem virtuoso é visto com bons olhos até pelo maior defensor da república» (p. 103).

A instituição monárquica em contexto medieval — «a monarquia e a Idade Média encontram uma na outra o molde e o barro mais adequado», escreve na p. 108 — fixa a hereditariedade régia, que se inspira no contrato pela «continuidade da terra» entre senhores e vassallos, unidos por prisão e segurança reciprocamente vantajosas: «A indivisibilidade da terra torna-se, assim, um dos traços fundamentais da hereditariedade monárquica, que contribuirão também para a formação de consciências nacionais. A pertença a um rei e a uma linhagem é um dos grandes factores de coesão do território medieval, pelo que a cristalização das linhagens reais é, também, um momento-chave para a criação dos países, de tal modo que estes são, mais na Idade Média do que em qualquer outra altura, indissociáveis dos seus governantes» (pp. 117-18). «As fronteiras europeias — reforça páginas adiante — construíram-se tanto pela conquista como pela força das linhagens e pela construção do direito sucessório monárquico» (p. 121). «O rei da Idade Média é habitualmente visto como um super-nobre» (p. 131), porém «os grandes tratados teológicos conseguiram arrancar o poder dos reis das autofágicas dissensões de condados e senhorios, e integrá-lo num complexo espiritual mais forte» (p. 132).

Bobone encontra nos escritos de Jean Bodin (1530-96) a ideia de que «a maior exigência da chamada lei natural é a da constância do procedimento, e é isso que torna a soberania eterna e absoluta», «a monarquia a forma mais conforme à natureza» e «uma garantia mais segura da existência das próprias sociedades» (pp. 147, 153, 154), e — mais do que tudo isso, afinal — «a monarquia, que é a mais comum, mais antiga e mais natural forma de governo, tem o seu modelo na autoridade paternal, na própria natureza humana» (p. 164; itálico meu).

«O autor, que é sem qualquer dúvida um jovem intelectual em clara afirmação, recua às civilizações ditas primitivas e à antiguidade clássica para identificar os fundamentos dessa ordem social»

Como salientou o Prof. Paulo Otero na apresentação pública deste livro, a 12 de Abril passado, o capítulo dedicado à revolução norte-americana é um dos melhores (e de importância tal, que, segundo ele, deveria ser ampliado e publicado autonomamente). Começa assim: «A independência americana [1776]

ocupa um lugar singularíssimo na história da ideia de monarquia. Num relance superficial, a primeira grande república moderna não deve nada às casas reais e surge até por oposição a elas; no entanto, é ao mesmo tempo responsável por uma reinterpretação quase completa do significado de monarquia. Se parte importante deste estudo passa pela ideia de que a monarquia se infiltra até nas formas de governo que lhe são contrárias, como se houvesse uma espécie de exigência monárquica latente, superior ao repúdio nominal que ela pudesse motivar, então a Revolução Americana tem de ocupar um lugar relevante nele» (p. 169; itálicos meus).

Trata-se do que, um pouco adiante, Carlos Maria Bobone apelidará «reorganização da ideia monárquica sob outro nome», a «república monárquica» dos Estados Unidos da América (pp. 173, 174) instituindo «a política como representação da comunidade» (p. 182). Dito de outro modo: «Não é apenas na consagração da figura do presidente que a América aproxima as democracias da ideia monárquica; o seu comportamento imperial e, sobretudo, a percepção de que a política passa precisamente pela legitimação das vontades e dos interesses variados e conflitantes num só» (p. 184). E sobre Montesquieu, dirá que o francês, «com uma linguagem moderna, [legitimou] a ideia de que a monarquia é muito mais do que um tipo de governo: corresponde a um tipo de civilização, civilização essa que os teóricos dos séculos seguintes, Rivarol, De Maistre ou Burke, tentarão captar» (p. 196; itálicos meus).

Bobone diz — e bem — que após a Revolução Francesa a monarquia teve de ser repensada, de «construir um corpo doutrinário novo» (p. 201), e que encontrou em De Maistre o seu primeiro autor. Por isso, vai discutindo a filosofia política de cada um dos filósofos mencionados, enquadrando a questão de regime num quadro geral em que a política, o papel do Estado e a condição humana estão sempre presentes, mas do qual sobressai a «clarividência» (p. 248) de Edmund Burke e a sua «capacidade profética de prever os terrores por que passaria a França» (p. 247) e de lhe contrapor a experiência britânica: «É precisamente porque a liberdade inglesa se funda, mais do que num direito, numa herança, que ela é mais segura. Está imune às inversões lógicas, às mudanças da lei e aos caprichos dos homens. [...] Enquanto a herança for um princípio orientador das sociedades, é a maior aliada dos cidadãos, porque é a forma mais eficaz de proteger os homens», pois «a propriedade é aquilo que dá a um país o seu instinto de conservação» (pp. 259-60, 261). Para o conservador inglês, «a Revolução libertou a França da mesma maneira que os Romanos libertaram os Gregos — destruindo os seus laços de união» (p. 263).

«A Monarquia e os regimes autoritários» é o décimo quinto capítulo, em que Carlos Maria Bobone discute Schmitt e Barrès, como já fizera com outros autores, de uma maneira ampla e que — uma, outra e ainda outra vez — parece escapar ao tema do seu livro ou ir muito para lá dele. Contudo, não parece haver outro modo de se chegar a postulados como «a soberania é dada pelos actos soberanos, e a sua

legitimidade vem da sua concretização» e, também na p. 309, «a acção soberana valida o próprio contrato social porque a obediência é uma prova da soberania», ou até mesmo a este, que evoca el-rei Dom Manuel II e Oliveira Salazar: «mesmo quando as experiências monárquicas são aparentemente traumáticas, o princípio do governo de um só ressurgiu» (p. 313). Estamos apenas a um degrau de Charles Maurras e do seu tradicionalismo à la Action Française, que tanta influência teve sobre vários nacionalismos na Europa, desde o fim do século XIX a 1945: «Ao fazer da constância o ponto fundamental da legitimidade política, Maurras recupera, assim, a monarquia hereditária para o centro das discussões políticas do mundo contemporâneo» (p. 332).

«Representação e simpatia» e «Conclusões» justificam em especial o título desta resenha, «A Monarquia em debate». Subitamente, Carlos Maria Bobone parece querer provocar uma daquelas polémicas à moda antiga (se ainda as houvesse!) e, na verdade, seria bom que o conseguisse, desafiando o que ele designa como herança romântica de Chateaubriand — «aquilo que interessa a Chateaubriand é a ruína, e a monarquia interessa-lhe porque já não existe»: «Acha-se graça à monarquia, embora sem a mínima expectativa de que essa simpatia ocupe um espaço relevante no quotidiano político. [...] A simpatia é pela monarquia morta» (pp. 341, 340, 341). Qualquer convite a uma prova de vida merece ser respondido — à letra, no caso.

Vasco Rosa



Tempos de Exílio. Correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921), org. Ana Isabel Sardinha Desvignes, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022, 184 pp.

Na correspondência para a sua mulher, o retrato duma época e da intimidade do exilado em Madrid pós-guerra mundial, na ressaca da Monarquia do Norte e das querelas entre restauracionistas, mais a fúria do republicanismo radical. Documentos extraídos do arquivo do pensador integralista conservado na Biblioteca da UCP.



A Casa de Lamas: sua história e família de António Vilas-Boas e Alvim, Lisboa: Scribe, 2022, 528 pp.

Primeiro de dois volumes dedicados à história e à extensa genealogia da família Araújo Vasconcelos Pereira e Alvim, e à sua Casa de Lamas, em Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto, distrito de Braga — monumento de interesse público instituído por portaria de 2013, que desde 2019 integra a Rota do Tâmega dos Jardins Históricos Portugueses. Além do arquivo da Casa, arquivos distritais e nacionais foram convocados para este virtuoso trabalho de pró-memória.



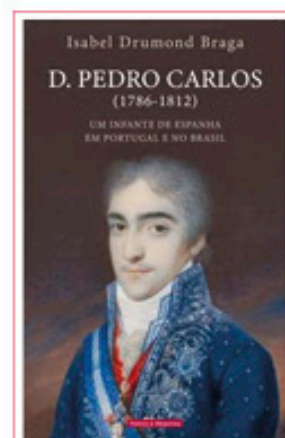
Daqui e Dali

“A Família Real sempre esteve ao serviço de Portugal e dos Portugueses. A nossa vida é marcada pelo serviço e disponibilidade para o bem comum, para a comunidade, para a promoção de Portugal, a defesa dos nossos verdadeiros valores e da nossa identidade.”

S. A. R. a Senhora Dona Isabel de Bragança, na Real Gazeta do Alto Minho, nº 13

D. Pedro Carlos (1786-1812). Um Infante de Espanha em Portugal e no Brasil de Isabel Drumond Braga, Lisboa: Temas e Debates, 2023, 376 pp.

A curta — e atribuladíssima — vida de D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança.



PRODUTO DE PORTUGAL

BOHEMIA



CERVEJA

